

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO**

**ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA MOTTA**

**JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO  
FUNÇÃO E EFEITOS NA TRIBUTAÇÃO DA RENDA**

**SÃO PAULO**

**2021**

**ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA MOTTA**

**JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO  
FUNÇÃO E EFEITOS NA TRIBUTAÇÃO DA RENDA**

Dissertação apresentada à Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Área de Concentração: Direito Tributário

Orientadora: Profa. Dra. Elidie Palma Bifano

**SÃO PAULO**

**2021**

Motta, Elaine Cristina de Oliveira.

Juros sobre o capital próprio função e efeitos na tributação da renda / Elaine Cristina de Oliveira Motta. - 2021.

72 f.

Orientador: Elidie Palma Bifano.

Dissertação (mestrado profissional) - Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo.

1. Direito tributário. 2. Empresas - Impostos. 3. Pessoa jurídica - Impostos. 4. Juros - Brasil. 5. Incentivos fiscais. I. Bifano, Elidie Palma. II. Dissertação (mestrado profissional) - Escola de Direito de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 34::336.2(81)

Ficha Catalográfica elaborada por: Isabele Oliveira dos Santos Garcia CRB SP-010191/O  
Biblioteca Karl A. Boedecker da Fundação Getulio Vargas - SP

**ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA MOTTA**

**JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO  
FUNÇÃO E EFEITOS NA TRIBUTAÇÃO DA RENDA**

Dissertação apresentada à Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Área de Concentração: Direito Tributário

Data de aprovação: 28/04/2021

Banca examinadora:

---

Profa. Dra. Elidie Palma Bifano  
Professora Orientadora  
Escola de Direito de São Paulo da Fundação  
Getulio Vargas

---

Prof. Dr. João Francisco Bianco  
Universidade de São Paulo

---

Prof. Dr. Frederico Pereira  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Edison Carlos Fernandes  
Escola de Direito de São Paulo da Fundação  
Getulio Vargas

Dedico este singelo trabalho à minha avó Gigia, responsável por me inspirar o amor aos estudos quando, em sua simplicidade, se enchia de alegria e satisfação ao escrever o próprio nome e fazer contas para produzir com perfeição suas toalhas de crochê. Juntas, minha avó e minha mãe, com fé e muita luta, me deram o melhor! Dedico toda a minha vida para agradecê-las.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço profundamente à Professora Doutora Elidie Bifano que, além de sua genialidade, generosamente me acolheu e me conduziu ao êxito nessa trajetória.

Agradeço aos amigos que incentivaram e apoiaram essa jornada, em especial à Duda, pela afetiva motivação e suporte.

A Deus.

## RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar a função e os efeitos dos juros sobre o capital próprio (JCP) na tributação da renda corporativa. Iniciando com o histórico da legislação vigente, os procedimentos e os requisitos para o pagamento dos JCP e respectivos efeitos fiscais, examinamos os temas conexos, quais sejam a estrutura de capital das empresas e sua importância, a tributação da renda corporativa e a extrafiscalidade. Estabelecidas as bases teóricas, considerando-se a sistemática da tributação da renda corporativa, procura-se a relação dos JCP com essa sistemática e sua função. Na sequência, e à luz da extrafiscalidade, avalia-se o pertencimento dos JCP ao conjunto das normas tributárias extrafiscais, a fim de verificar se os JCP são alguma espécie de incentivo fiscal, como é comum ser referenciado nos fóruns políticos e midiáticos. Há, por fim, colação de mecanismos semelhantes em países estrangeiros e tratamento correspondentes com intuito de agregar alguma experiência diferenciada internacional.

Com base nesses estudos, é possível constatar a importância dos JCP na tributação da renda corporativa e, principalmente, sob a ótica de atração de investimentos e manutenção da economia.

**Palavras-chave:** JCP. Remuneração de capital. Extrafiscalidade. Renúncia fiscal. Incentivo fiscal. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Estrutura de capital.

## ABSTRACT

The research aims to analyze the function and the effects of interest on net equity (JCP) in the taxation of corporate income. Starting with the history of the current legislation, we report the procedures and requirements for the payment of interest on net equity and the respective tax effects. In addition, we analyze the related themes, which are the capital structure of companies and their importance, the taxation of corporate income and tax incentives rules. Having established the theoretical bases, considering the corporate income tax system, the relationship between interest on net equity and this system and tax incentives, the purpose will be to verify whether interest on net equity is some kind of tax incentive, as is common to be referenced in political and social forums. Finally, the mechanism will be compared to some similar mechanisms in foreign countries (*Allowance for Corporate Equity*) and corresponding treatment in order to add some different international experience.

Based on these studies, is possible to verify despite the importance of interest on net equity for tax corporate purposes, it also has effects from the perspective of attracting investments and maintaining the economy.

**Keywords:** Interest on net equity. Allowance for Corporate Equity. Tax incentive rules. Corporate Tax.



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Pagamentos dividendos/JCP – Empresas com e sem lucro .....	58
Tabela 2 – Quantidade de empresas/setor com dados completos.....	59
Tabela 3 – Número de empresas por setor e ano que realizaram pagamento de JCP .....	59
Tabela 4 – Valores em R\$ pagos a título de JCP/setor/ano.....	60
Tabela 5 – Número de empresas e pagamentos de dividendos e JCP por ano .....	60
Tabela 6 – Número de empresas com lucro e pagamentos, ou não de JCP/ano/setor.....	61
Tabela 7 – Número de empresas que pagaram JCP e que aumentaram capital – 2017/2018 ..	63
Tabela 8 – Número de empresas que pagaram JCP e que aumentaram capital – 2018/2019 ..	64

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Número de empresas com lucro e pagamento de JCP – 2017.....	62
Gráfico 2 – Número de empresas com lucro e pagamento de JCP – 2018.....	62
Gráfico 3 – Número de empresas com lucro e pagamento de JCP – 2019.....	63

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE	Allowances for Corporate Equity
AGI	Allowance for Growth and Investment
BEPS	Base Erosion and Profit Shifting
CC	Código Civil (Lei n.º 10.406/2002)
CCCTB	Common Consolidated Corporate Tax Base
CF	Constituição Federal
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPC	Comissão de Pronunciamentos Contábeis
CSLL	Contribuição sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DJ	Diário da Justiça
ICPC	Interpretação Técnica da Comissão de Pronunciamentos Contábeis
IFRS	International Financial Reporting Standards
IN	Instrução Normativa
INE	Interest on Net Equity
IRPF	Imposto de Renda das Pessoas Físicas
IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
JCP	Juros sobre o Capital Próprio
LO	Lei Orçamentária
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
NID	Notional Interest Deduction
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIS	Programa de Integração Social
REsp	Recurso Especial
RFB	Receita Federal do Brasil
RIR	Regulamento do Imposto de Renda
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo (ou TLP – Taxa de Longo Prazo)

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	13
2. INSTITUIÇÃO E HISTÓRICO .....	14
2.1 Tratamento fiscal e contábil dos JCP .....	18
2.1.1 Repercussão dos JCP para o recebedor .....	19
3. CAPITAL SOCIAL E SUA REMUNERAÇÃO .....	23
3.1 Remuneração do capital .....	27
4. NATUREZA JURÍDICA DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO .....	32
4.1 Da possibilidade de pagamento acumulado .....	34
4.2 Da possibilidade de pagamento desproporcional .....	35
5. TRIBUTAÇÃO DA RENDA CORPORATIVA .....	37
5.1 Relação dos JCP com o imposto sobre a renda .....	40
6. INCENTIVOS FISCAIS E OS JCP .....	43
6.1 Renúncia fiscal – efeito dos incentivos fiscais .....	48
6.2 Regime tributário das normas extrafiscais – implicações .....	50
6.3 Classificação dos JCP como incentivo fiscal .....	52
7. MECANISMOS ESTRANGEIROS SEMELHANTES .....	53
7.1 Mecanismos semelhantes em outros países .....	53
8. ANÁLISE DE DADOS DE MERCADO .....	58
8.1 Análise comparativa entre os anos-calendários .....	58
8.2 Análise comparativa considerando JCP e dividendos .....	60
8.3 Análise de potencial de pagamento de JCP .....	61
8.4 Empresas que pagaram JCP e aumentaram capital .....	63
8.5 Considerações finais deste capítulo .....	64

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS .....	68

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente estudo consiste na análise dos juros sobre o capital próprio (JCP) como remuneração do capital, sua função na tributação da renda corporativa, bem como sua classificação, ou não, como incentivo fiscal.

Os JCP, assim como os dividendos, estão sempre nas pautas das discussões envolvendo carga tributária e, conseqüentemente, reforma tributária, sendo tratado e estudado como incentivo fiscal. Contudo, os JCP não são considerados nos relatórios da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) como renúncia fiscal, tampouco há análises específicas acerca do impacto na arrecadação em decorrência de sua adoção pelas empresas, motivo pelo qual buscamos verificar se os JCP são algum tipo de incentivo fiscal, ou não, e quais as conseqüências correspondentes.

A pesquisa parte da instituição e histórico dos JCP, analisando os elementos destacados como importantes para sua instituição, como o capital social e sua remuneração, estrutura de capital das empresas e seus reflexos. Segue com estudos sobre as normas extrafiscais, denominadas normas tributárias indutoras, e sua relação com renúncia fiscal e limites e princípios aos quais devem ser submetidas.

Uma vez que os JCP produzem efeito na tributação da renda corporativa, faz-se necessário avaliar os contornos legais, a partir das normas constitucionais de tal tributação, considerando o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A partir de uma base de dados de empresas nos anos 2017, 2018 e 2019, foi realizada uma análise estatística contemplando os JCP pagos, não pagos, potenciais de pagamento e outros dados.

Por fim, a pesquisa considerou a existência de mecanismos semelhantes adotados em outros países e respectivos tratamentos fiscais, assim como outras discussões jurídicas envolvendo os JCP, a fim de buscar experiência internacional que possa agregar ao mecanismo atual.

Espera-se, ao final deste estudo, verificar a adequação da classificação dos JCP para fins de tributação da renda corporativa, como incentivo fiscal ou não, bem como contribuir com as análises acerca de sua importância nos contextos tributário, empresarial e econômico.

## 2 INSTITUIÇÃO E HISTÓRICO

Em 1995, pela Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro, foi permitida a dedução na apuração do imposto sobre a renda corporativa, do pagamento de juros a titular, sócio ou acionista, como justificativa de medida de equiparação de tratamento fiscal dos diversos tipos de rendimento do capital,<sup>1</sup> ou seja, assim como são dedutíveis os juros pagos a terceiros em decorrência de empréstimos e financiamentos, também passaram a ser determinados juros a sócios. Desde então, são referidos por Juros sobre o Capital Próprio (JSCP), ou apenas JCP, como adotaremos doravante.

Na Exposição de Motivos daquela Lei, constou expressamente a expectativa de que a permissão da dedução de juros pagos ao acionista provocaria um incremento das aplicações produtivas nas empresas brasileiras, capacitando-as a elevar o nível de investimentos sem endividamento, com evidentes vantagens no tocante à geração de empregos e ao crescimento sustentado da economia.<sup>2</sup>

O contexto econômico demandava um plano de estabilização pós-Plano Real, articulado com a tributação das empresas, o qual foi materializado pela Lei n.º 9.249/1995, que trouxe diversas normas, entre elas a própria extinção da correção monetária das demonstrações contábeis, metodologia que reconhecia os efeitos da inflação, assim como a redução da alíquota do imposto de renda de 25% para 15%.

---

<sup>1</sup> “10. Com vistas a equiparar a tributação dos diversos tipos de rendimentos do capital, o Projeto introduz a possibilidade de remuneração do capital próprio investido na atividade produtiva, permitindo a dedução dos juros pagos aos acionista, até o limite da variação da Taxa de Juros de Longo prazo – TJLP; compatibiliza as alíquotas aplicáveis aos rendimentos provenientes de capital de risco àquelas pela qual são tributados os rendimentos do mercado financeiro; desonera os dividendos; caminha na direção da equalização do tratamento tributário do capital nacional e estrangeiro; e revoga antiga isenção do imposto de renda incidente sobre a remessa de juros para o exterior, prevista no Decreto-lei n.º 1.215, de 1972 (arts. 9.º a 12, § 2.º do art. 13, art. 28, e inciso I do art. 32), a fim de que não ocorra qualquer desarmonia no tratamento tributário que se pretende atingir. Igualando-se, para esse fim, o aplicador nacional e estrangeiro” (BRASIL. Exposição de Motivos da Lei n.º 9.249/1995. *Diário do Congresso Nacional*, Seção 1, 07.09.1995, p. 21485. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9249-26-dezembro-1995-349062-exposicaodemotivos-149781-pl.html>. Acesso em: 1.º set. 2020).

<sup>2</sup> “11. A permissão de dedução de juros pagos ao acionista, até o limite proposto, em especial, deverá provocar um incremento das aplicações produtivas nas empresas brasileiras capacitando-as a elevar nível de investimentos, sem endividamento, com evidentes vantagens no que se refere à geração de empregos e ao crescimento sustentado da economia. Objetivo a ser atingido mediante a adoção de política tributária moderna e compatível com aquela praticada pelos demais países emergentes, que competem com o Brasil na capacitação de recursos internacionais para investimento” (BRASIL. Exposição de Motivos da Lei n.º 9.249/1995. *Diário do Congresso Nacional*, Seção 1, 07.09.1995, p. 21485. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9249-26-dezembro-1995-349062-exposicaodemotivos-149781-pl.html>. Acesso em: 1.º set. 2020).

Em virtude desse contexto, os JCP acabaram intrinsecamente associados à extinção da correção monetária de balanço como um mecanismo para compensação dessa extinção. Nesse sentido, Modesto Carvalhosa<sup>3</sup> e Eliseu Martins.<sup>4</sup>

De outro lado, contudo, há ressalvas quanto a tal compensação associada aos JCP, como está claro na explanação de Elidie Palma Bifano:<sup>5</sup>

[...] se o foi em algum momento, já se exauriu, porque: (i) o pagamento dos juros é optativo, o que impediria o reconhecimento isonômico, por parte de todos os contribuintes, dos reflexos inflacionários; (ii) a ausência de lucros inibe o pagamento de juros, o que impossibilita, de sua vez, o reconhecimento dos efeitos inflacionários, criando distorções entre os contribuintes; e, (iii) passados mais de doze anos da edição da lei, e praticamente eliminada a inflação do cenário nacional, o instituto se mantém para fins fiscais.

Desde 1964, vige no ordenamento jurídico norma que dispõe não serem reconhecidas como custos ou despesas operacionais as importâncias creditadas ao titular ou aos sócios, a título de juros sobre o capital social.<sup>6</sup> Com a publicação da Lei n.º 9.249/1995, passam a ser admitidos como dedução os juros pagos aos sócios, desde que atendam aos requisitos nela estabelecidos, tais como limites e taxa aplicável. Qualquer pagamento de juros aos sócios, sobre o capital, sem amparo nos requisitos dessa lei fica impedido de dedução por força da norma anterior.

Notoriamente, foi identificada a distorção que a vedação à dedução de pagamento de juros aos sócios, comparativamente à dedução de juros pagos a terceiros, causa no âmbito empresarial, distorção que por via oblíqua incentiva o endividamento das empresas.

Há que destacar, também, que a modalidade de pagamento de juros sobre o capital a sócios é antiga no sistema jurídico, encontrando previsão na lei das sociedades de 1940, Decreto-lei n.º 2.627, o qual previa o reconhecimento dos juros pagos aos acionistas durante a

<sup>3</sup> CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 1, p. 215-217.

<sup>4</sup> MARTINS, Eliseu. Um pouco da história dos Juros sobre o Capital Próprio. *Boletim IOB*, Temática Contábil e Balanços, n. 49, p. 1-7, dez. 2004.

<sup>5</sup> BIFANO, Elidie Palma. *O mercado financeiro e o imposto sobre a renda*. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2011. p. 292.

<sup>6</sup> Lei n.º 4.506, de 30 de novembro de 1964, artigo 49: “Não serão admitidas como custos ou despesas operacionais as importâncias creditadas ao titular ou aos sócios da empresa, a título de juros sobre o capital social, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo. Parágrafo único. São admitidos juros de até 12% (doze por cento) ao ano sobre o capital, pagos pelas cooperativas de acordo com a legislação em vigor” (Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4506.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4506.htm). Acesso em: 1.º set. 2020).



instalação do empreendimento, com reconhecimento dos pagamentos no ativo, com as despesas de instalação.<sup>7</sup>

Referido procedimento, entretanto, foi tratado também na legislação relativa ao imposto de renda, o qual previa a possibilidade de amortização dos encargos e despesas, registrados no ativo diferido,<sup>8</sup> tal como os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais, ou de implantação do empreendimento inicial.<sup>9</sup>

Aquela previsão na legislação societária foi repetida na lei das sociedades anônimas que a sucedeu, Lei n.º 6.404/1976, até que foi revogada pela Lei n.º 11.638/2007.

É sabido, ainda, que, na fase da privatização das concessionárias de telefonia e serviços públicos, o pagamento de JCP foi grande atrativo para captação de recursos em empreendimentos cuja expectativa de retorno poderia ser até trinta anos sem apuração de lucro e distribuição de dividendos.<sup>10</sup>

O mecanismo de JCP determinado pela Lei n.º 9.249/1995 consiste em uma remuneração do capital investido na sociedade, por juros, calculados pela aplicação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP)<sup>11</sup> sobre as contas do patrimônio líquido da entidade. Contudo, o efetivo pagamento ou crédito dos juros é condicionado à existência de (i) lucros, computados antes da dedução dos próprios juros, ou de (ii) lucros acumulados ou reserva de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos.

Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte (IRF) à alíquota de 15%, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

---

<sup>7</sup> Artigo 129 do Decreto-lei n.º 2.627/1940.

<sup>8</sup> O ativo diferido correspondia a uma conta contábil que compunha o ativo não circulante no balanço patrimonial das empresas. Em tal conta eram reconhecidos recursos aplicados que contribuiriam para a formação do resultado de mais de um exercício social futuro. Contudo, o modelo de balanço patrimonial foi alterado em decorrência da convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, implementadas pela Lei n.º 11.941, de 2009, que modificou a Lei n.º 6.404/1976, que extinguiu a conta de ativo diferido.

<sup>9</sup> Decreto-lei n.º 1.598/1977, artigo 15, § 1.º, “b”, revogado pela Lei n.º 12.973/2014.

<sup>10</sup> BIFANO, Elidie Palma. *O mercado financeiro e o imposto sobre a renda* cit., p. 289.

<sup>11</sup> A TJLP foi substituída pela Taxa de Longo Prazo (TLP) em contratos de financiamento firmados a partir de 1.º de janeiro de 2018. A TJLP será mantida até o fim da vigência dos contratos referentes às operações aprovadas pela Diretoria do BNDES antes de 1.º de janeiro de 2018. Para isso, a TJLP continuará sendo calculada e divulgada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), obedecendo aos parâmetros estabelecidos pela Lei n.º 10.183/2001. O mesmo se aplica a projetos associados a leilões passados de concessões ou cujas condições tenham sido anunciadas antes de 1.º de janeiro de 2018 (Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>. Acesso em: 14 maio 2020). Por essa razão manteremos TJLP neste estudo.

Portanto, foi estabelecido o método para remuneração do capital investido em sociedades, destacando-se os limitadores existentes para o seu efetivo pagamento, os quais, se não atendidos, implicarão a *não* dedução dos valores na apuração do IRPJ e CSLL, conforme mencionado anteriormente.

Por um lado, passa a ser interesse das empresas o pagamento dos JCP, uma vez que reduzem as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL; de outro, os investidores (destacadamente pessoas físicas) recebem remuneração com menor tributação comparativamente aos dividendos, possibilitando, também, o reinvestimento dos valores.

No contexto dos requisitos e motivações dos JCP, portanto, parece pouco provável que alguma empresa com prejuízo contábil no período opte por sua adoção, mas não é improvável. A adoção dos JCP em um cenário de prejuízo contábil pode se materializar na hipótese de, apesar do prejuízo contábil, a empresa apurar lucro tributável em decorrência dos ajustes realizados na apuração das bases de cálculo de IRPJ e CSLL. Nessas hipóteses, a empresa continua sujeita à observância dos limites para pagamento dos JCP e, no caso, sendo necessária a existência de lucros acumulados ou reserva de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos.

Cabe salientar, ainda, que a conta de lucros acumulados sofreu alterações em sua regulação, no contexto da convergência das normas nacionais às internacionais, e desde 2001 a legislação impõe às companhias que os lucros não destinados à reserva legal ou à reserva de lucros sejam distribuídos (Lei n.º 6.404/1976, artigo 202, § 6.º, com alteração inserida pela Lei n.º 10.303, de 31 de outubro de 2001). Nos termos da Orientação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, OCPC 02, referida norma “aplica-se unicamente às sociedades por ações, e não às demais”.<sup>12</sup> Outras reservas de lucros podem ser constituídas, tais como lucros a realizar e reserva para contingências, no entanto referida conta não pode mais apresentar saldo positivo. As demais sociedades, por não estarem sujeitas a tal norma, ainda podem conter em suas demonstrações financeiras saldos positivos na conta de lucros acumulados. À época da instituição dos JCP, a retenção de lucros pelas companhias era permitida, o que acabava por gerar maior base e limite para

---

<sup>12</sup> Orientação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC 02 – Esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis de 2008, item 115.

pagamento de juros aos sócios. Essa modificação, portanto, impactou a adoção dos JCP pelas companhias abertas, reduzindo sua atratividade e oportunidade.

Aliás, em decorrência da convergência da legislação brasileira às normas internacionais de contabilidade, que teve início com a publicação da Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007, sofreu impacto, também, o patrimônio líquido definido pelo artigo 9.º da Lei n.º 9.249/1995, o qual fazia referência ao patrimônio líquido, com exceção apenas da conta de reserva de reavaliação, posteriormente extinta. A Lei n.º 12.973, de 13 de maio de 2014, alterou o artigo 9.º para dispor sobre as contas que devem constituir o patrimônio líquido para cálculo dos JCP, a saber: capital social, reservas de capital, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. A conta de ajustes de avaliação patrimonial, por exemplo, inserida pela Lei n.º 11.638/2007, não pode compor a base para cálculo dos JCP.

Finalizando as informações acerca da instituição e histórico, entendemos por bem mencionar que, em sua origem, os JCP não foram dedutíveis da apuração da CSLL, passando a sê-lo somente com a promulgação da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, artigo 88, XXVI.

## **2.1 Tratamento fiscal e contábil dos JCP**

Desde sua instituição e, obviamente, pelo próprio objetivo do mecanismo, o pagamento ou crédito dos JCP foram reconhecidos no resultado das empresas como despesas financeiras. O termo crédito empregado na legislação pode ser pauta para um estudo à parte dada sua extensão; adotamos no contexto deste estudo como o reconhecimento contábil no passivo exigível (lançamento credor), dos juros devidos ao sócio, a serem pagos em data próxima. Assim, quando se menciona “crédito”, considera-se o reconhecimento contábil do nascimento da obrigação jurídica de pagamento, e “pagamento”, o reconhecimento contábil da transferência dos recursos em realização deste pagamento (lançamento credor na conta caixa/bancos/disponibilidades).

No entanto, já em 1996, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Deliberação n.º 207 que tratava da contabilização dos JCP, determinando às sociedades anônimas que os juros pagos ou creditados pelas companhias abertas, a título de JCP, fossem contabilizados diretamente na conta de Lucros Acumulados, sem afetar o resultado do exercício.

Referida determinação refletiu o entendimento daquele colegiado acerca da natureza dos JCP, tema a ser aprofundado em capítulo próprio, o qual consistiu em considerar os pagamentos a título de juros sobre o capital como distribuição de resultados das companhias.

Naquele documento, ainda, mencionava-se que, caso a companhia optasse, para fins de atendimento às disposições tributárias, por contabilizar os JCP como despesa financeira, deveria proceder à reversão desses valores, nos registros mercantis, de forma que o lucro líquido ou o prejuízo do exercício fosse apurado nos termos da Deliberação.

Em 2012, já no contexto da convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais, pós-edição da Lei n.º 11.638/2007, referida Deliberação foi revogada pela Deliberação CVM 683, a qual, aprovando a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) acerca da contabilização da proposta de pagamento de dividendos, dispôs que os JCP somente poderiam ser imputados ao dividendo obrigatório líquido do imposto retido na fonte, e que:

10. Os juros sobre o capital próprio – JCP são instituto criado pela legislação tributária, incorporado ao ordenamento societário brasileiro por força da Lei 9.249/95. É prática usual das sociedades distribuírem-nos aos seus acionistas e imputarem-nos ao dividendo obrigatório, nos termos da legislação vigente.

11. *Assim, o tratamento contábil dado aos JCP deve, por analogia, seguir o tratamento dado ao dividendo obrigatório.* O valor de tributo retido na fonte que a companhia, por obrigação da legislação tributária, deva reter e recolher não pode ser considerado quando se imputam os JCP ao dividendo obrigatório (grifo nosso).

Verificam-se, do exposto, tratamentos distintos entre as normas contábeis e fiscais para o pagamento dos JCP, exigindo adequada harmonização a fim de atendimento às finalidades específicas de cada qual. A harmonização, assim, ocorre pelo reconhecimento dos valores pagos/creditados de JCP no resultado do exercício, para fins dos efeitos fiscais necessários, ou seja, dedução nas apurações de IRPJ e CSLL, e, ao final do período, transferência para conta de dividendos a pagar.

### *2.1.1 Repercussão dos JCP para o recebedor*

Conforme mencionado, a legislação determina a incidência do imposto sobre a renda na fonte, à razão de 15%, aplicado sobre os valores pagos a título de juros sobre o capital (art. 9.º, § 2.º, da Lei n.º 9.249/1995). A partir da ótica do investidor, o recebimento dos JCP poderá

ter tratamento diferenciado, seja o investidor pessoa física ou pessoa jurídica, nacional ou estrangeiro. Podem-se assim resumir os respectivos tratamentos:

- **Recebedor Pessoa Física**

A retenção para o beneficiário pessoa física deverá ser considerada definitiva (art. 9.º, § 3.º, II, da Lei n.º 9.249/1995), portanto não integrará o total dos rendimentos para fins de apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF).

- **Recebedor Pessoa Jurídica**

Tal retenção para o beneficiário pessoa jurídica, submetida ao regime tributário do lucro real, deverá ser considerada antecipação do valor devido a título de IRPJ (art. 9.º, § 3.º, I, da Lei n.º 9.249/1995).

Apesar da previsão de que seria tributação definitiva no caso de beneficiário pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, inclusive isenta (art. 9.º, § 3.º, II, da Lei n.º 9.249/1995), em 1996, a Lei n.º 9.430, artigo 51, estabeleceu que os JCP devem ser adicionados ao lucro presumido ou arbitrado, para efeito de determinação do imposto sobre a renda devido, e que o imposto incidente na fonte deve ser considerado antecipação do devido na declaração de rendimentos.

Expressamente, são essas as disposições do IRPJ. Contudo, há que levar em conta a incidência da CSLL para o beneficiário pessoa jurídica, o que enseja discussão decorrente da natureza jurídica dos JCP, a ser tratada no Capítulo 4. Em linhas gerais, para os que afirmam que os JCP têm natureza jurídica de juros, ou seja, despesa financeira para quem paga, por conseguinte eles serão receita financeira para quem recebe. Nesse caso, mencionada receita financeira integra a base de cálculo da CSLL. Para aqueles que sustentam a natureza jurídica de dividendo/resultado distribuído, por coerência, o recebimento dos JCP deveria ser tratado como dividendo. Na legislação vigente, considerando que tanto para IRPJ quanto CSLL os JCP são deduzidos como despesa financeira por quem realiza o pagamento, consequentemente são caracterizados como receita financeira pelos beneficiários desse pagamento.

Há, ainda, que considerar os efeitos para fins das contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), as quais incidem sobre a receita das empresas, com regência na Lei n.º 9.718/1998, para o

regime cumulativo de apuração, e Leis n.º 10.637/2002 e n.º 10.833/2003, para o regime não cumulativo de apuração das contribuições.

No cenário de beneficiário pessoa jurídica, submetido ao regime não cumulativo de apuração daquelas contribuições, a receita de JCP sofrerá incidência dessas contribuições à razão de 9,25% (1,65% de PIS e 7,6% de COFINS). O tema, contudo, não foge às discussões relativas à natureza jurídica, sendo o seguinte o panorama atual desse debate:

1. As Leis n.º 10.637/2002 e n.º 10.833/2003, artigo 1.º, § 3.º, V, “b”, dispõem que não integram a base de cálculo os lucros e dividendos derivados de participações societárias, que tenham sido computados como receita. Logo, uma vez definidos os JCP como resultado distribuível/dividendo, não deveriam incidir PIS/COFINS sobre seu respectivo recebimento.
2. Ocorre que vige no ordenamento jurídico o Decreto n.º 8.426/2015 (precedido por outros, desde 2004), que regulamenta a incidência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras<sup>13</sup> e reduz as alíquotas de 1,65% para 0,65% do PIS, e 7,5% para 3,6% da COFINS, *exceto para os JCP*.

No que tange ao tema, há decisões no Superior Tribunal de Justiça afirmando a natureza de receita financeira sob a ótica daquelas contribuições, como ficou assentado no acórdão REsp 1200492/RS, de 14.10.2015: “não são dedutíveis da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS o valor destinado aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, na vigência da Lei n. 10.637/2002 e da Lei n. 10.833/2003”.

No cenário de beneficiário pessoa jurídica, submetido ao regime cumulativo de incidência daquelas contribuições, a celeuma acabou pacificada por via oblíqua, quando reconhecida a inconstitucionalidade da consideração das receitas financeiras na base de cálculo definida pela Lei n.º 9.718/1998. Assim, as pessoas jurídicas submetidas a tal regime, que receberem JCP, não tributam o recebimento para fins de PIS/COFINS.

---

<sup>13</sup> O Decreto encontra fundamento legal no artigo 27 da Lei n.º 10.865/2004, a qual delegou ao Poder Executivo a possibilidade de reduzir e restabelecer as alíquotas de PIS/COFINS sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas no regime da não cumulatividade. O Supremo Tribunal Federal recentemente confirmou a constitucionalidade dessa incidência (RE 1043313 e ADI 5277).

Portanto, considerando uma estrutura societária com acionista pessoa jurídica, ou grupos empresariais constituídos com *holding*,<sup>14</sup> a atratividade de pagamento dos JCP poderá sofrer mitigação em virtude da tributação no beneficiário pessoa jurídica que, se estiver no lucro real, no mínimo será de 9% de CSLL, 1,65% de PIS, 7,6% de COFINS e, eventualmente, 10% de IRPJ adicional.

---

<sup>14</sup> Termo utilizado para identificação de sociedades com objetivo principal de investimento em outras sociedades.

### 3 CAPITAL SOCIAL E SUA REMUNERAÇÃO

Nos termos do artigo 981 do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002), celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados.

A relação das pessoas, que assim se obrigam, quando personificada na formalização de uma pessoa jurídica, implica a primeira obrigação do sócio, que é constituir o capital daquela sociedade, fonte inicial que viabiliza a exploração da atividade econômica eleita como objeto social da entidade. Portanto, relação contratual da qual derivam direitos e obrigações legais e convencionais.

Quanto ao capital social, definem Alfredo Lamy Filho e José Luiz Bulhões Pedreira, “é a cifra, fixada no estatuto social, do montante das contribuições prometidas pelos sócios para formação da companhia que a lei submete a regime cogente, cujo fim é proteger os credores sociais”.<sup>15</sup>

Na definição exposta, verifica-se a base da teoria da função do capital social, fixada na garantia a credores da entidade. Acontece que, ao longo do tempo, como é natural da evolução, modificações ocorreram tanto na organização das sociedades jurídicas quanto nas modalidades de realização de negócios, afetando, consequentemente, a teoria da função do capital social.

Considerando a desvinculação necessária entre o valor efetivo de contribuição do sócio e seu correspondente número de ações, nos casos em que as ações não têm valor nominal, a função do capital social também sofre modificação, na opinião de Modesto Carvalhosa. Para esse autor, apesar de remanescer a função de garantia a credores, o capital social passa a ser um referencial quanto ao endividamento da entidade, verificado pela relação entre capital próprio e empréstimos e financiamentos de terceiros, assim explicado:

Dentro desta perspectiva de endividamento, o capital social assume um significado diverso daquele tradicional. Não é mais visto apenas como a soma das entradas dos acionistas (*capital stock*) que deve assegurar aos credores o pagamento de seus créditos, mas configurado como o montante de que a

---

<sup>15</sup> LAMY FILHO, Alfredo; PEDREIRA, José Luiz Bulhões (coord.). *Direito das companhias*. 2. ed. atual. e ref. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 143.



companhia deve estar dotada para poder alcançar aquele equilíbrio econômico-financeiro considerado imprescindível para a realização dos seus objetivos empresariais.

Sob este ponto de vista, portanto, o capital social é destinado a mostrar um equilíbrio adequado entre os meios próprios e os recursos de terceiros (empréstimos e financiamentos) aplicados na atividade empresarial. Essa nova função do capital, que interessa não só aos credores como aos próprios acionistas, serve para evidenciar se o capital próprio é sensivelmente inferior ao capital de terceiros (capital de crédito) devido pela companhia. Se houver esse desequilíbrio, ter-se-á um indício de alavancagem e de perda de elasticidade operacional da companhia, representando um dado importante no juízo de conveniência econômica de contratar com ela ou de subscrever suas ações e demais valores de sua emissão.<sup>16</sup>

Ao atualizar o entendimento sobre a função do capital social, expandindo-a até alcançar a relação do capital social e do endividamento da entidade, Modesto Carvalhosa adentra mais profundamente na análise de estrutura de capital social.

A estrutura de capital possibilita conhecer a qualidade de seu patrimônio financeiro, entre liquidez e solvência, o que revela sua importância, sendo, por essa razão, importante referência para *stakeholders*.<sup>17</sup>

Técnica e sucintamente, as atividades empresariais são representadas nas demonstrações financeiras entre origens e aplicações. As origens correspondem à fonte de recursos investidos nas aplicações. Essas fontes podem ser externas, de terceiros, fornecedores, clientes que adiantam recursos, empréstimos e financiamentos, bem como os recursos dos próprios sócios/investidores, ou podem ser próprias: lucro da operação, retido e reinvestido.

A equação de equilíbrio entre as fontes é o indicador da liquidez e solvência das empresas, pois, se as aplicações forem maiores que as origens, a situação é positiva e a entidade tem liquidez. Caso seja negativa, a solvência fica com indicador de atenção. Para Alfredo Lamy Filho e José Luiz Bulhões Pedreira, a classificação entre capital de terceiros e capital próprio é a mais importante para fins do regime de responsabilidade patrimonial.<sup>18</sup>

<sup>16</sup> CARVALHOSA, Modesto; KUYVEN, Fernando. *Sociedades Anônimas*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018. p. 290. (Coleção Tratado de direito empresarial, v. 3 – Coordenação Modesto Carvalhosa.)

<sup>17</sup> Termo usado como referência ao grupo de pessoas com interesses nos processos e resultados da empresa, tais como acionistas, investidores, clientes e governo. Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/o-que-sao-stakeholders>. Acesso em: 5 jul. 2020.

<sup>18</sup> LAMY FILHO, Alfredo; PEDREIRA, José Luiz Bulhões (coord.). *Direito das companhias* cit., p. 965.

A estrutura do capital importa ao direito societário que o regula em matéria de formação, remuneração, responsabilidades, entre outros temas. Nas palavras de Modesto Carvalhosa, “a sociedade empresária, analisada tanto sob o aspecto contratualista quanto institucionalista, possui a função de desenvolver uma atividade econômica, o que demanda que seu *capital seja de montante adequado para consecução de tal atividade*”<sup>19</sup> (grifo nosso). Na mesma obra, demonstra os efeitos da subcapitalização das empresas, fenômeno decorrente da superioridade do passivo exigível em relação ao ativo, a ponto de atingir o capital social. O jurista distingue dois tipos de subcapitalização, a material e a nominal. A subcapitalização material verifica-se na existência de financiamento de terceiros, por exemplo, as debêntures; e a nominal, quando há empréstimos realizados pelos próprios sócios às empresas. Destaca o autor que a modalidade da subcapitalização material representa o desequilíbrio de capital próprio para financiamento da atividade da sociedade, numa transferência dos riscos dos sócios para os credores.<sup>20</sup>

Nesse sentido, a subcapitalização das empresas também se torna relevante à política econômica, em decorrência das consequências que podem advir da insolvência e até mesmo da falência das empresas com alto índice de endividamento, repercussões que certamente impactarão o mercado, o setor financeiro, cujas instituições acabam por ser grandes financiadoras de empresas, além dos reflexos sociais resultantes do desemprego dos funcionários e do efeito em cascata do não cumprimento de suas obrigações com seus fornecedores. Esse cenário sucinto justifica a intervenção do Estado, regulamentando várias matérias relacionadas ao tema, por exemplo, desde o sistema financeiro até a recuperação judicial.

Em conexão com essa inferência, reproduzimos as palavras do autor Aliomar Baleeiro: “Como a formação de capital é condição *sine qua non* de desenvolvimento, dado que este pressupõe investimentos cada vez maiores, a Política Fiscal deverá ser orientada no sentido de incentivar a poupança, o autofinanciamento e a entrada de capitais estrangeiros”.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> CARVALHOSA, Modesto; KUYVEN, Fernando. *Sociedades Anônimas* cit., p. 224.

<sup>20</sup> Idem, p. 223.

<sup>21</sup> BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução à ciência das finanças*. 15. ed. rev. e atualizada por Dejalma de Campos. Rio de Janeiro: Forense, 1998. p. 66.

José Luiz Bulhões Pedreira,<sup>22</sup> em lições acerca da origem do capital aplicado, apresentou as vantagens e desvantagens entre a opção pelo capital próprio ou o de terceiros, destacando ser a decisão entre essas duas formas uma das mais importantes da administração da sociedade. Com base em suas lições, sintetizamos:

### **Vantagens:**

#### **Capital próprio**

- Maior estabilidade financeira;
- Preservação da capacidade futura de endividamento;
- Maior eficiência administrativa.

#### **Capital de terceiros**

- Preservação dos direitos de participação;
- Aumento da taxa de rentabilidade do capital próprio;
- Dedutibilidade dos custos financeiros para efeito do imposto de renda;
- Não interferência na direção e administração da sociedade;
- Maior disponibilidade de recursos.

### **Desvantagens:**

#### **Capital próprio**

- Diluição dos direitos de participação dos sócios;
- Limitação da taxa de rentabilidade do capital próprio à do capital aplicado;
- Indedutibilidade, como custo financeiro, do lucro distribuído;
- Instabilidade do controle da sociedade empresária.

#### **Capital de terceiros**

- Diminuição da estabilidade financeira;
- Amplificação dos efeitos da diminuição de lucro ou do reconhecimento de prejuízos;
- Redução na capacidade futura de contrair dívidas;
- Redução da eficiência administrativa;
- Risco de perda de controle.

Desses apontamentos destacamos os efeitos fiscais mencionais, os quais são anteriores à Lei n.º 9.249/1995, por isso referidos como desvantagem na opção pelo capital próprio, o qual

---

<sup>22</sup> BULHÕES PEDREIRA, José Luiz. *Finanças e demonstrações financeiras da companhia: conceitos e fundamentos*. Rio de Janeiro: Forense, 1989. p. 367-373.

somente considerou a distribuição do lucro como dividendos, o que evidencia a distorção que provoca somente ser dedutível os juros pagos a terceiros.

Quanto ao efeito que a opção de financiamento entre o capital próprio e o de terceiros produz na rentabilidade do capital próprio, o autor elucida com hipótese de condições de mercado em que a taxa de juros é menor do que a rentabilidade do capital aplicado, cenário no qual seria mais rentável realizar o mix dos financiamentos. Em suas palavras:

A diferença entre a taxa de rentabilidade do ativo da sociedade empresária e a dos juros pagos ao capital de terceiros dá origem ao fenômeno referido como “efeito de alavancagem da dívida”, porque esta serve de alavanca para aumentar a rentabilidade do capital próprio. Assim, por exemplo, se a sociedade empresária tem capacidade para realizar anualmente lucro correspondente a 12% do total do ativo e opera exclusivamente com capital próprio, a taxa de rentabilidade do patrimônio líquido é a mesma do ativo (12%). Se consegue obter recursos de terceiros a juros de 9% ao ano e financia o capital aplicado metade com endividamento e metade com capital próprio, a rentabilidade do ativo (VB%) que excede do custo do capital de terceiros (9%) é lucro adicional do capital próprio. Na hipótese formulada, o fato de a sociedade financiar com dividas metade do seu ativo permite elevar para 15% a rentabilidade do capital próprio.<sup>23</sup>

Com efeito, a estrutura de capital das empresas revela importante matéria internamente, para seus administradores e investidores, e externamente, Governo e credores, uma vez que o equilíbrio financeiro das empresas repercute tanto no privado quanto no público – contexto econômico nacional.

### 3.1 Remuneração do capital

Outra importante decorrência do capital social consiste na demarcação da partilha dos resultados, entre os direitos dos sócios. Nas sociedades limitadas, como quotas, e nas sociedades anônimas, como ações, correspondem à fração do capital social constituído pela contribuição do sócio, ao qual também corresponderão os critérios iniciais para partilha dos resultados. Apesar desse conceito clássico de correspondência entre o capital social e suas frações, no âmbito das sociedades anônimas houve importantes alterações a partir da permissão para ações

---

<sup>23</sup> BULHÕES PEDREIRA, José Luiz. *Finanças e demonstrações financeiras da companhia: conceitos e fundamentos* cit., p. 370-371.

sem valor nominal, as quais não representam valores monetários da formação do capital,<sup>24</sup> guardando, ainda assim, representação da participação fracionária no patrimônio social.

A partilha dos resultados encontra regras definidas na legislação societária, as quais podem ser reproduzidas e particularizadas nos estatutos e contratos sociais. Denomina-se dividendo o lucro da entidade (resultado positivo apurado por série de procedimentos legais)<sup>25</sup> dividido pelo número de ações, sendo, assim, considerado seu rendimento.<sup>26</sup>

Em linha com o mencionado, dividendos, portanto, representam a remuneração do capital aplicado em investimentos para geração de outras riquezas (bens e serviços destinados à venda).

Conforme referido, dividendos, para todos os juristas comercialistas, são considerados rendimento do capital aplicado pelos sócios para exploração de determinado empreendimento. Rendimento, do latim *reddere*,<sup>27</sup> ato ou efeito de render; renda, “importância recebida por pessoa ou entidade, ger. de forma periódica, como remuneração do trabalho, lucro de operações comerciais, juro de investimento etc.”.<sup>28</sup> Segundo a economia clássica, renda “é a remuneração dos fatores de produção: salários (remuneração do fator trabalho), aluguéis (remuneração do fator terra), juros e lucros (remuneração do capital)”.<sup>29</sup>

Elidie Palma Bifano sintetiza as formas distintas que se podem remunerar o capital, em decorrência de sua dupla destinação, qual seja, o capital real, sendo aquele representado por meios de produção, remunera-se por “dividendos, ou ganhos produzidos por capital aplicado em investimento de risco, empresa, ou ativo sujeito à volatilidade, cuja remuneração dependerá de uma série de fatores econômicos, muitos deles sem qualquer controle do investidor”;<sup>30</sup> e o

<sup>24</sup> CARVALHOSA, Modesto; KUYVEN, Fernando. *Sociedades Anônimas* cit., p. 351: “A ação deixa, na Lei Societária, de representar uma ideia rígida de valor do capital, para caracterizar-se como instrumento através do qual os sócios exercitam os seus direitos assegurados na lei e no estatuto, com abstração completa, (ações sem valor nominal) ou parcial (ações com valor nominal emitidas com ágio) das entradas de capital”.

<sup>25</sup> Na eventualidade de resultado negativo apurado pela entidade, configurando prejuízo, não há distribuição, mas necessidade de busca de melhorias e recursos para sua absorção imediata, se houver reservas de lucros, ou ao longo do tempo. No pior cenário, hipótese de acúmulo de prejuízo e falta de perspectiva de recuperação da situação de equilíbrio, os sócios arcarão com o prejuízo e suas consequências.

<sup>26</sup> CARVALHOSA, Modesto; KUYVEN, Fernando. *Sociedades Anônimas* cit., p. 517.

<sup>27</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004. p. 1733.

<sup>28</sup> Idem, ibidem.

<sup>29</sup> Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Renda>. Acesso em: 20 jun. 2020

<sup>30</sup> BIFANO, Elidie Palma. *O mercado financeiro e o imposto sobre a renda* cit., p. 53.

capital financeiro se remunera pelo “juro ou riqueza produzida por capital aplicado unicamente com a finalidade de garantir renda certa, pois que desde sua contratação pode ser aferida por estar representada por taxa determinada ou determinável”.

Como lecionado por José Luiz Bulhões Pedreira, “a função econômica do empresário é criar, dirigir, e expandir a empresa, assumindo os riscos de sua atividade”,<sup>31</sup> portanto caracterizado também em uma subfunção de “aplicador de capital de risco”, o qual contribui com capital financeiro próprio para desempenho das atividades empresariais, assumindo o risco de perdê-lo em caso de insolvência. E, ainda, eventual retorno somente será percebido caso as atividades forem lucrativas.

Quanto à ao retorno decorrente dos dividendos, o qual é considerado remuneração, Elidie Palma Bifano<sup>32</sup> ressalta que, embora genericamente se possa dizer que tanto dividendos quanto juros são remuneração do capital, ontologicamente diferenciam-se considerando a origem contratual de que derivam, senão vejamos.

Dividendos encontram origem no contrato de sociedade e não possuem garantia de constância ou regularidade, pois o direito aos dividendos nasce somente a partir da existência de lucros gerados pelo empreendimento desenvolvido e depois de cumpridas todas as formalidades e procedimentos para sua apuração. Como diz Elidie Palma Bifano,<sup>33</sup>

[...] quem se dispõe a investir em sociedade sabe que a remuneração de seu capital dependerá de diferentes fenômenos conjugados: planejamento, qualidade de produto, participação efetiva no mercado, boa gestão, resultado positivo no empreendimento, compensação de perdas anteriores, dentro outros.

Ademais, uma vez existente o direito ao dividendo, há necessidade de ser deliberado e aprovado a fim de que se materialize em direito de crédito do sócio. Apenas a partir dessa materialização é que o sócio pode valer-se de sua exigência.

De outro modo, juro tem origem em contrato de empréstimo ou mútuo (deixando aqui de lado os juros moratórios), o qual já garante ao credor remuneração certa, bem como instrumentos para sua exigência.

---

<sup>31</sup> BULHÕES PEDREIRA, José Luiz. *Finanças e demonstrações financeiras da companhia: conceitos e fundamentos* cit., p. 286.

<sup>32</sup> BIFANO, Elidie Palma. *O mercado financeiro e o imposto sobre a renda* cit., p. 63.

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*.

Nos dizeres de Caio Mário da Silva Pereira,

[...] chamam-se juros as coisas fungíveis que o devedor paga ao credor, pela utilização de coisas da mesma espécie a este devidas. Pode, portanto, consistir em qualquer coisa fungível, embora frequentemente a palavra juro venha mais ligada ao débito em dinheiro, como acessório de uma obrigação principal pecuniária.<sup>34</sup>

Elidie Palma Bifano assinala sua natureza de frutos civis, mencionando, como origem da ideia de fruto do capital, a época em que a moeda de troca se baseava em produtos, e o gado tinha preferência naquelas operações, visto que, confinado, poderia multiplicar-se. Afirmo, em sua obra, que “toda a teoria dos frutos civis, decorrente de negócio jurídico objetivando o uso de uma coisa que se entrega a outrem, foi construída pelos romanos, à luz de sua sociedade agrária por excelência, e na forma pela qual frutificavam os vegetais”.<sup>35</sup>

Os juros podem ser classificados de várias formas, das quais consideramos oportuno, pela conexão com o tema em análise, considerar duas classificações: uma de acordo com sua fonte e outra conforme com sua origem.

Reputando a fonte, os juros podem ser classificados como *legais*, quando encontram expressa previsão legal para sua aplicação e exigência, por exemplo, os previstos nos artigos 389,<sup>36</sup> 395,<sup>37</sup> 404,<sup>38</sup> 591<sup>39</sup> e 677<sup>40</sup> do CC; ou como *convencionais*, caracterizados como aqueles que são avençados entre as partes, conforme livre manifestação de vontade, ainda que as condições devam observar os limites estabelecidos em lei, tais como não capitalização e taxa de juros máxima (artigos 591 e 406<sup>41</sup> do CC).

<sup>34</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: teoria geral das obrigações*. Atualização Luiz Roldão de Freitas Gomes. 20. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2003. v. II, p. 123.

<sup>35</sup> BIFANO, Elidie Palma. *O mercado financeiro e o imposto sobre a renda* cit., p. 54.

<sup>36</sup> Código Civil, art. 389. “Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.”

<sup>37</sup> Código Civil, art. 395. “Responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais juros, atualização dos valores monetários segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.”

<sup>38</sup> Código Civil, art. 404. “As perdas e danos, nas obrigações de pagamento em dinheiro, serão pagas com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, abrangendo juros, custas e honorários de advogado, sem prejuízo da pena convencional.”

<sup>39</sup> Código Civil, art. 591. “Destinando-se o mútuo a fins econômicos, presumem-se devidos juros, os quais, sob pena de redução, não poderão exceder a taxa a que se refere o art. 406, permitida a capitalização anual.”

<sup>40</sup> Código Civil, art. 677. “As somas adiantadas pelo mandatário, para a execução do mandato, vencem juros desde a data do desembolso.”

<sup>41</sup> Código Civil, art. 406. “Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.”

Tendo em conta o fundamento, ou causa, os juros podem ser classificados entre compensatórios/remuneratórios e moratórios. Os juros compensatórios/remuneratórios objetivam recompensar a renúncia da liquidez daquele que cedeu o capital para uso e fruição de outrem, e são devidos desde a contratação até o vencimento da obrigação, conforme avençado. Os juros moratórios decorrem do descumprimento de uma obrigação em seu vencimento, motivo pelo qual alguns lhes atribuem caráter punitivo. Cabe aqui a ressalva de que os juros moratórios não podem ser considerados como fruto do capital, uma vez que são resultantes do atraso no cumprimento de uma obrigação, e seu objetivo é indenizatório ou punitivo (artigo 407 do CC), mas não de remuneração de capital.

Resumindo, as formas de remuneração de capital podem ser segregadas em dois grupos, conforme a natureza do capital a ser remunerado: 1) capital aplicado na exploração de empreendimentos; ou 2) capital à disposição. O capital aplicado na exploração de empreendimentos encontra na legislação procedimentos para percepção de rendimento mediante dividendos, enquanto o capital à disposição poderá se deparar com remuneração por juros, conforme a destinação que receber em face das diversas possibilidades (ex. empréstimos a terceiros, aplicações em instituições financeiras).

Oportuno, ainda, considerar que, no caso do capital aplicado na exploração de empreendimentos, como investimento, não há óbice legal para que outras formas de remuneração sejam avençadas entre as partes; ao contrário, eventuais acordos têm respaldo no princípio da liberdade de contratar, desde que observadas as normas em vigor (ex. limite de taxa de juros etc.).



## 4 NATUREZA JURÍDICA DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A razão da instituição dos JCP é permitir a dedução na apuração do lucro tributável da remuneração do capital investido na sociedade. A lei instituidora permite, ainda, a imputação dos valores pagos aos dividendos obrigatórios previstos na legislação societária, artigo 202 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

A reunião desses elementos fomentou calorosas discussões a respeito da natureza jurídica dos JCP, ficando, inclusive, mitigadas outras discussões, por exemplo, acerca de ser ou não incentivo fiscal, entre outras.

A controvérsia quanto à natureza jurídica perdura até os dias atuais, com entendimentos bem fundamentados para quem entende tratar-se de juros, bem como para quem sustenta a natureza de dividendos especiais.

Sustenta sua natureza de despesa de juros, portanto, financeira, apontando suas diferenças para dividendos, por exemplo, Fabio Ulhoa Coelho,<sup>42</sup> assinalando que, se fossem dividendos, não haveria necessidade de a norma expressamente determinar a possibilidade de sua imputação a eles, pois já o seriam; considera, ainda, o fato de que a lei que instituiu os JCP, sujeitos Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) de 15%, também isentou dessa tributação os dividendos, ou seja, outra indicação das naturezas apartadas, dado que, pelo princípio constitucional da isonomia, se fossem da mesma natureza, não poderiam ter tratamentos diferentes. Ainda, distingue no plano conceitual, como este denomina, ao indicar que cada qual remunera o investimento por razões específicas: os juros remunerariam pela indisponibilidade dos recursos, enquanto os dividendos o fariam pelo sucesso do empreendimento social. E, por fim, realça os diferentes pressupostos legais para o pagamento de cada natureza: para os JCP é necessário o dobro do lucro líquido no exercício, computado antes da dedução dos próprios juros, ou de lucros acumulados; para os dividendos somente a existência de lucros, sendo possível sua distribuição total, observadas as regras para reservas. Não são apenas essas diferenças, outras são mencionadas em sua obra, com importantes apontamentos sobre os respectivos reflexos societários, os quais não serão aqui abordados.

---

<sup>42</sup> COELHO, Fabio Ulhoa. *Curso de direito comercial*. 5. ed. rev. e atual. de acordo com novo Código Civil e alterações da LSA. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 2, p. 341 e ss.

Elidie Palma Bifano,<sup>43</sup> em denso trabalho sobre o mercado financeiro e o imposto sobre a renda, também sustenta o caráter de despesa da remuneração do capital, como sua denominação de juro já o define, considerando tal instrumento como condição de adesão do investidor ao empreendimento, a estimular sua escolha em detrimento de outras, baseada na teoria da liberdade de contratar das partes. Nesse contexto, coube ao legislador definir o tratamento tributário para tal remuneração, determinando seus limites e condições para dedutibilidade do lucro tributável, assim como o faz acerca de outras espécies de despesas.

Em outra via, o jurista Alberto Xavier sustenta a natureza de dividendos especiais dos JCP, primeiro considerando que o próprio conceito de juro é reservado a remunerações decorrentes de concessão de crédito, direta ou indiretamente, assim entendidas as que resultam da obrigação de restituição de somas entregues antecipadamente. Nessa linha, ainda reforça o fato de serem calculados sobre o patrimônio líquido e não sobre contas do passivo, como o são os juros. Em suas palavras, “o ‘juro sobre o capital próprio’ outra coisa não é que um *resultado distribuível* da companhia *sujeito a regime fiscal especial*, resultado este suscetível de distribuição efetiva aos sócios na forma de *dividendo...*”.<sup>44</sup>

Também na defesa da natureza jurídica de dividendos atípicos, Heleno Taveira Torres<sup>45</sup> apresenta análise do mecanismo, pautada pela teoria da causa jurídica do ato ou negócio jurídico, na qual identifica os JCP como dividendos atípicos ou especiais.

Com entendimento inovador no cenário apresentado, Luís Eduardo Schoueri<sup>46</sup> sustenta a figura do artigo 9.º da Lei n.º 9.249/1995 como uma remuneração do capital, não sendo juros, tampouco dividendos, em um afastamento do direito privado como base para definição de natureza jurídica no âmbito do direito tributário. Ressalta, em reforço a tal pensamento, considerações econômicas e tributárias, baseadas em tratamento igualitário do ponto de vista do investidor que empresta seus recursos à sociedade e recebe juros da mesma forma que receberia um terceiro, não investidor, que emprestasse os mesmos recursos à sociedade. Ainda,

---

<sup>43</sup> BIFANO, Elidie Palma. *O mercado financeiro e o imposto sobre a renda* cit., p. 292 e ss.

<sup>44</sup> XAVIER, Alberto. *Direito tributário internacional do Brasil*. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 573.

<sup>45</sup> TORRES, Heleno Taveira. Juros sobre o capital próprio. Autonomia privada nos investimentos societários e suas implicações em matéria tributária. *ABRADT – Revista Internacional de Direito Tributário*, Belo Horizonte, n. 5, p. 33-92, jan./jul. 2006.

<sup>46</sup> SCHOUERI, Luís Eduardo. Juros sobre capital próprio: natureza jurídica e forma de apuração diante da “nova contabilidade”. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alessandro Broedel (coord.). *Controvérsias jurídico-contábeis* (aproximações e distanciamentos). São Paulo: Dialética, 2012. v. 3, p. 169 e ss.

faz importante menção à tributação pelo IRRF à alíquota de 15%, que à época da instituição da remuneração do capital próprio era a vigente às aplicações financeiras de renda fixa.

Conclui-se, assim, um sucinto panorama acerca da discussão quanto à natureza jurídica dos JCP, da qual irradiam outras em decorrência dos efeitos fiscais que cada teoria implicaria, as quais veremos a seguir.

#### **4.1 Da possibilidade de pagamento acumulado**

Outra discussão existente nos tribunais consiste na possibilidade de pagamento dos JCP calculados com base em períodos anteriores, quando não o foram tempestivamente.

Assim, a questão foi fixada em torno do regime de competência para pagamento da remuneração *vis-à-vis* a base adotada para o cálculo.

Define a norma que a remuneração prevista pela Lei n.º 9.249/1995 poderá ser deduzida do lucro tributável, condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. A base de cálculo consiste no somatório das contas do patrimônio líquido, com exceções determinadas, e taxa certa aplicável (limite da variação, *pro rata die*, da atual TLP). Observadas essas condições, o montante pago ou creditado pode ser deduzido do lucro tributável no período.

As disposições legais nada expressam acerca de período de pagamento ou cálculo em bases acumuladas, o que conduziu à conclusão de que, desde que observadas as condições da norma, seria possível pagar JCP considerando até os últimos cinco anos passados.<sup>47</sup>

No entanto, identificada a prática, as autoridades fiscais se posicionaram no sentido de ser vedado o pagamento dos JCP com base em contas do patrimônio líquido de exercícios anteriores ao do seu efetivo reconhecimento como despesa, por desatender ao regime de competência.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> Conforme prazo decadencial (artigos 150, § 4.º, e 173 do CTN).

<sup>48</sup> BRASIL. Receita Federal do Brasil. Solução de Consulta COSIT 329, de 27 de novembro de 2014. *Diário Oficial da União*, 02.12.2014, seção 1, p. 11.

A discussão já chegou no Superior Tribunal de Justiça,<sup>49</sup> havendo uma decisão de 2009, sem repercussão geral, favorável ao procedimento baseado em anos anteriores:

II. A legislação não impõe que a dedução dos juros sobre o capital próprio deva ser feita no mesmo exercício em que realizado o lucro da empresa. Ao contrário, permite que ela ocorra em ano-calendário futuro, quando efetivamente ocorrer a realização do pagamento. III – Tal conduta se dá em consonância com o regime de caixa, em que haverá permissão da efetivação dos dividendos quando esses foram de fato despendidos, não importando a época em que ocorrer, mesmo que seja em exercício distinto ao da apuração.<sup>50</sup>

No entanto, referida decisão, por não ter sido em sede de recurso repetitivo, não pacificou a discussão. Há outros recursos aguardando julgamento.

## 4.2 Da possibilidade de pagamento desproporcional

A norma dos JCP menciona a possibilidade de dedução do lucro tributável dos juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócio ou acionista, a título de remuneração do capital próprio e da possibilidade de sua imputação ao valor dos dividendos de que trata o artigo 202 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sem prejuízo do disposto no § 2.º.

Está pacificada na seara societária das empresas de responsabilidade limitada (Ltda.) a possibilidade de distribuição de dividendos denominada “desproporcional”, pois determina a legislação civil que aos sócios cabem os lucros na proporção de suas cotas, *salvo estipulação em contrário* (grifo nosso) – artigo 1.007 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Realizada a interpretação do dispositivo, entende-se que, desde que previamente estabelecida no contrato social, é possível a determinação da distribuição de dividendos em proporção diferente às cotas de cada um.

As normas do pagamento dos JCP nada dispõem acerca de tal procedimento, determinando apenas a possibilidade da imputação destes aos dividendos obrigatórios previstos na legislação societária.

---

<sup>49</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial 1.086.752/PR. Relator Ministro Francisco Galvão. Brasília, DF, 17 de fevereiro de 2009. *DJe* 11.03.2009.

<sup>50</sup> Idem.

No entanto, considerando a prática de distribuição de lucros desproporcional por várias empresas e, uma vez considerados os JCP como distribuição de resultado, estendeu-se a eles a possibilidade de pagamento desproporcional.

Ocorreram vários desdobramentos do procedimento adotado, o qual tem se deparado com barreiras nos tribunais administrativos, sendo certo que a celeuma tem íntima relação com a própria natureza jurídica do mecanismo, que também não encontrou sua pedra fundamental.

Na hipótese de determinação da natureza de JCP como distribuição de resultado, nenhum óbice poderia haver ao pagamento desproporcional dos JCP, em harmonia com a própria distribuição de lucros, pelo menos às sociedades limitadas. Nas sociedades por ações, todavia, assim como não pode distribuir lucro desproporcional, não poderia pagar JCP desproporcionais. Por outro lado, na hipótese da natureza jurídica de juro, nenhuma argumentação poderia sustentar defesa a seu pagamento desproporcional por, no mínimo, desnaturalizar o eventual pagamento realizado em virtude do capital social investido.

Portanto, acreditamos que a discussão progredirá até que se resolva nos tribunais judiciais o tema, específica ou definitivamente, sua natureza jurídica e suas irradiações.

## 5 TRIBUTAÇÃO DA RENDA CORPORATIVA

Constitucionalmente estabelecida, a tributação da renda compete à União, que pode fixar impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza, observados os critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei (artigo 153, III e § 2.º).

Em consonância com a norma magna, a Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional (CTN), dispôs:

Artigo 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

- I – de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;
- II – de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

Dessarte, foi estabelecido que “renda” é o “produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos”, e que “proventos de qualquer natureza” são os acréscimos patrimoniais, além daqueles mencionados como renda, ou seja, além do produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos. Da definição legal pode-se extrair que a tributação da renda recai sobre “acréscimo patrimonial”.

Nesse sentido, Rubens Gomes de Souza consignou que “o conceito de renda está baseado na distinção entre renda e patrimônio. *Patrimônio (ou capital)* é o montante de riqueza possuída por um indivíduo em um determinado momento. *Renda* é o acréscimo do patrimônio verificado entre dois momentos quaisquer de tempo”.<sup>51</sup>

Alfredo Augusto Becker, ao tratar do imposto sobre a renda, indica a necessidade de verificar se a base de cálculo do tributo é o “fato econômico da *existência de renda*” a fim de confirmar tratar-se de imposto sobre a renda, e traz o seguinte exemplo:

[...] tome-se a venda de um imóvel. Se a base de cálculo for o saldo que resultar do preço de venda depois de deduzido o preço de aquisição e benfeitorias, tratar-se-á de um verdadeiro imposto de renda. Todavia, se a base de cálculo for o preço de venda, não sendo admissível àquelas deduções, o

---

<sup>51</sup> Rubens Gomes de Souza *apud* MELO, José Eduardo Soares de. *Contribuições sociais no sistema tributário*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 196.

tributo pertencerá ao gênero jurídico dos tributos de atos jurídicos; no caso, será genuíno imposto de vendas.<sup>52</sup>

Paulo de Barros Carvalho apresenta três correntes doutrinárias predominantes acerca do conceito de renda, sendo: (i) teoria da fonte; (ii) teoria legalista; e (iii) teoria do acréscimo patrimonial. Aponta que, no Brasil, predominou a terceira corrente, que considera lucro tributável o acréscimo líquido verificado no patrimônio da empresa, em determinado período.<sup>53</sup> Diz, ainda, que: “Nessa linha de raciocínio, a hipótese de incidência da norma de tributação da ‘renda’ consiste na aquisição de aumento patrimonial, verificável pela variação de entradas e saídas num determinado lapso de tempo”.<sup>54</sup>

Assim, queremos estabelecer para fins do presente estudo o conceito de renda, com apoio no estudo de José Artur Lima Gonçalves, o qual apresentou o “conteúdo semântico mínimo do conceito constitucionalmente pressuposto de renda”<sup>55</sup> como o saldo positivo resultante do confronto entre entradas e saídas, ao longo de um dado período.

Independentemente do contribuinte, seja pessoa física ou jurídica,<sup>56</sup> a renda para fins de tributação constitucional, deverá ser aferida mediante a consideração em determinado lapso temporal, do resultado entre entradas e saídas, o qual representará o acréscimo patrimonial adquirido.

As pessoas jurídicas, conforme requisitos previamente definidos, determinam o imposto sobre a renda mediante três sistemáticas: lucro real, presumido ou arbitrado.<sup>57</sup> Somente aquelas que adotam o lucro real podem aplicar os JCP para fins fiscais, pois é a sistemática que considera o resultado entre as entradas e saídas em uma complexa conjugação de métodos e critérios contábeis e fiscais.

Entre esses critérios verifica-se o tratamento para os juros pagos aos sócios sobre o capital investido por eles, juros que podem ser deduzidos se atendidas as disposições da Lei n.º

---

<sup>52</sup> BECKER, Alfredo Augusto. *Teoria geral do direito tributário*. 7. ed. São Paulo: Noeses, 2018. p. 425.

<sup>53</sup> CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito tributário: linguagem e método*. São Paulo: Noeses, 2008. p. 599.

<sup>54</sup> Idem, p. 600.

<sup>55</sup> GONÇALVES, José Artur Lima. *Imposto sobre a renda: pressupostos constitucionais*. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 179.

<sup>56</sup> Desde a instituição, foi definido que o imposto sobre a renda alcança pessoas físicas e jurídicas: Lei n.º 4.625/1922: “Artigo 31. Fica instituído o imposto geral sobre a renda, que será, devido, anualmente, por toda a pessoa física ou jurídica, residente no território do país, e incidirá, em cada caso, sobre o conjunto líquido dos rendimentos de qualquer origem.”

<sup>57</sup> Há, ainda, sistemas simplificados de tributação. No entanto, focaremos o lucro real no presente estudo.

9.249/1995; caso contrário, não podem ser deduzidos para fins de apuração da renda da pessoa jurídica,<sup>58</sup> ou seja, não compõem as saídas para fins da renda a ser tributada.

Segundo Andrea Lemgruber,<sup>59</sup> em estudo acerca da tributação do capital, a evolução dos estudos trouxe maior visibilidade dos efeitos econômicos do imposto sobre a renda, de forma que recorrentes alterações são implementadas a fim de obter maior neutralidade e corrigir distorções de comportamento. Nesse sentido, ela identifica três áreas de destaque dessas implementações: (i) tipo de financiamento da empresa; (ii) integração entre o imposto sobre a renda da pessoa jurídica e o da pessoa física; e (iii) tributação da aplicação no mercado financeiro.

Resumindo suas considerações para as duas primeiras áreas, que mais interessam ao presente estudo: (i) os JCP surgiram para corrigir uma distorção resultante da dedução dos juros tomados em empréstimos, que acabavam por configurar um incentivo às empresas pelo endividamento, o que, considerando a realidade brasileira de taxas de juros altas, poderia comprometer a saúde financeira das empresas. A despeito da aparente correção da distorção, assinala que os juros de empréstimos ainda desfrutam da dedução integral, enquanto os juros dos sócios encontram limitações de taxa e de lucros existentes; (ii) sobre integração da pessoa física e da pessoa jurídica, discorre acerca dos dois sistemas de tributação: clássico, consistente na dupla tributação, ou integrativo. A dupla tributação consistiria na tributação dos dividendos quando da apuração do lucro na pessoa jurídica e, também, na sua distribuição, pelo beneficiário. Essa dupla tributação, muito forte nos Estados Unidos, é pauta de muitas discussões, sendo o principal argumento favorável sustentado pela distinção entre empresa e acionista, portanto a dupla tributação seria mera decorrência dessa distinção, e o desfavorável fundamentado nos efeitos sobre o desestímulo à poupança e ao investimento, possibilidade de acúmulo de lucros acima do ponto de equilíbrio e o incentivo ao endividamento. Assim, considerando a ineficiência econômica da dupla tributação, recomenda-se a integração da

---

<sup>58</sup> Disposição expressa na Lei n.º 4.506/1964, art. 49. “Não serão admitidas como custos ou despesas operacionais as importâncias creditadas ao titular ou aos sócios da empresa, a título de juros sobre o capital social, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo. Parágrafo único. São admitidos juros de até 12% (doze por cento) ao ano sobre o capital, pagos pelas cooperativas de acordo com a legislação em vigor.”

<sup>59</sup> LEMGRUBER, Andrea. A tributação do capital: o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e o Imposto sobre Operações Financeiras. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. *Economia do setor público no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 221.



tributação da pessoa jurídica e da pessoa física, que pode se dar por três métodos:<sup>60</sup> a) crédito ao acionista pelo imposto pago em nível da empresa, no recebimento dos dividendos tributados; b) dedução integral dos dividendos na empresa, assim como os juros; c) dividendos isentos no recebimento pelo beneficiário.

Portanto, podemos inferir que houve também a adoção do sistema integrado de tributação para o tratamento dos JCP, uma vez que, apesar da dedução na apuração do imposto pela pessoa jurídica pagadora, o montante pago ou creditado sofre a incidência do imposto de renda na fonte (alíquota de 15%), o qual é considerado exclusivo para o beneficiário pessoa física, não compondo seus rendimentos tributáveis, e utilizado como crédito para o beneficiário pessoa jurídica, uma vez que o valor recebido compõe a base tributável e o imposto retido será descontado do imposto devido.

### **5.1 Relação dos JCP com o imposto sobre a renda**

Considerando premissa do imposto sobre a renda seu conceito constitucional pressuposto, qual seja, acréscimo patrimonial obtido pelo saldo positivo resultante do confronto entre entradas e saídas, ao longo de um dado período, é consequência lógica que as normas relacionadas às entradas e saídas sejam reputadas à luz do sistema constitucional que determina aquela renda.

Portanto, lei que disponha sobre tais elementos está sujeita aos limites constitucionais aplicáveis.

A equação do acréscimo patrimonial é formada por dois conjuntos: um conjunto de entradas e outro de saídas. O conjunto de entradas é composto pelos ingressos das riquezas decorrentes do trabalho, do capital, a combinação de ambos, ou de proventos de qualquer natureza diversa do trabalho e do capital. O conjunto das saídas, constituído por dispêndios, mas não quaisquer dispêndios, somente aqueles relacionados à obtenção da riqueza tida como ingresso.

Referindo-se à lei formal instituidora do imposto sobre a renda, em 1922, esta já determinava que o imposto sobre a renda incidia sobre o “conjunto líquido dos rendimentos de

---

<sup>60</sup> Graetz & Warren (1998) *apud* ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. *Economia do setor público no Brasil* cit., p. 222.

qualquer origem”<sup>61</sup> e que o conjunto líquido consistia no conjunto de rendimentos auferidos de qualquer fonte, deduzidos: (i) impostos e taxas; (ii) juros de dívidas do contribuinte; (iii) perdas extraordinárias, provenientes de casos fortuitos ou força maior, como incêndio, tempestade, naufrágio ou acidentes semelhantes a esses, desde que tais perdas não sejam compensadas por seguros ou indenizações; (d) despesas ordinárias realizadas para conseguir e assegurar a renda.<sup>62</sup> Essa regra é válida para as pessoas físicas e jurídicas.

Extraí-se do exposto, e focando as pessoas jurídicas, o conjunto de saídas a ser considerado para verificação do acréscimo patrimonial deve ser composto pelos dispêndios relacionados e necessários à obtenção das riquezas levadas em conta no conjunto de entradas.

No âmbito constitucional, sustentou Celia Maria de Souza Murphy<sup>63</sup> que há de ser considerado como vetor para definição dos dispêndios necessários à obtenção das riquezas o denominado “mínimo existencial” que “para as pessoas jurídicas corresponde aos dispêndios voltados à garantia da livre-iniciativa”, considerada como “receitas ou ganhos em valor apenas suficiente para os dispêndios necessários ao livre exercício da atividade e para a manutenção da fonte geradora da renda”.<sup>64</sup>

Diante do exposto, portanto, é cediço concluir que todos os dispêndios necessários à obtenção dos ingressos obtidos pela pessoa jurídica devem ser permitidos.

Nesse sentido, dispõe a Lei n.º 4.506/1964 que “são operacionais as despesas não computadas nos custos, necessárias à atividade da empresa e a manutenção da respectiva fonte produtora”.

Capital, para as pessoas jurídicas, é recurso essencial ao desenvolvimento de suas atividades, tanto que qualquer empreendimento deve iniciar com um mínimo de capital para realização das atividades econômicas pretendidas. A necessidade de tal recurso estará sempre presente ao longo da existência da pessoa jurídica, seja para obtenção de meios para produção de sua atividade, expansão de capacidade, novos investimentos, manutenção de mão de obra etc. Quando a própria atividade não gera recursos excedentes para satisfação dessas

---

<sup>61</sup> Lei n.º 4.625/1922, artigo 31.

<sup>62</sup> Lei n.º 4.625/1922, artigo 31, III.

<sup>63</sup> MURPHY, Celia Maria de Souza. *O imposto sobre a renda à luz da Constituição*. São Paulo: Noeses, 2020. p. 122.

<sup>64</sup> Idem, *ibidem*.

necessidades, resta à administração a aquisição de mais recursos, que podem vir dos sócios (via injeção de novo capital) ou de instituições financeiras (via empréstimos e financiamentos).<sup>65</sup> Logo, capital deve ser considerado como recurso necessário à manutenção da atividade econômica da pessoa jurídica. Consequentemente, os dispêndios relacionados a tais recursos deveriam também ser reputados fundamentais, como regra.

Eventuais vedações aos dispêndios necessários para obtenção de capital devem ser analisadas à luz da garantia à livre-iniciativa e, portanto, caso, esta seja ofendida, ser considerada inconstitucional.

Assim, levando em conta que os juros decorrentes de empréstimos e financiamentos obtidos com terceiros são deduções permitidas, é possível sustentar que a dedução de juros resultantes do capital de sócios, ao equalizar o tratamento fiscal para obtenção de recurso necessário à atividade econômica da pessoa jurídica, corrige uma distorção que poderia ser questionada, inclusive, à luz da garantia da livre-iniciativa.

Importa constar que eventuais juros pagos a sócios decorrentes de empréstimos, nos mesmos moldes daqueles obtidos com terceiros, podem ser deduzidos como despesa operacional (desde que os recursos sejam necessários às atividades da empresa e manutenção dessa fonte), observado, ainda, o disposto no Decreto-lei n.º 1.598/1977, artigo 60, *caput*, VII, o qual considera distribuição disfarçada de lucrativa realização de negócio com sócio (“pessoa ligada”) em condições de favorecimento, assim entendidas como condições mais vantajosas para a pessoa ligada do que as que prevaleçam no mercado ou que a pessoa jurídica contrataria com terceiros.

Na hipótese, ainda, de o sócio ser residente ou domiciliado no exterior, as despesas com juros deverão ser submetidas aos requisitos dispostos no artigo 22 da Lei n.º 9.430/1996, bem como nos artigos 24, 25 e 26 da Lei n.º 12.249/2010, os quais limitam valores de endividamento para as pessoas jurídicas tomadoras de recursos.

---

<sup>65</sup> Em conexão com a importância do capital tratado especificamente no Capítulo 2 desta pesquisa.

## 6 INCENTIVOS FISCAIS E OS JCP

Um dos objetivos do presente estudo consiste em verificar a adequação técnica da classificação dos JCP como espécie de incentivo fiscal. Para tanto, analisaremos a seguir a natureza do incentivo fiscal, suas principais diretrizes e repercussões e, conseqüente, subsunção dos JCP a ele.

Inicialmente, o termo “incentivo fiscal” não encontra definição legalmente estabelecida, tampouco adoção doutrinária consistente e uniforme. Verifica-se facilmente seu uso sem rigor técnico, algumas vezes em referência a qualquer tipo de desoneração tributária, outras, a subvenções financeiras realizadas pelo poder público, e muitas vezes, ainda, utilizam-se tanto “incentivo fiscal” como “benefício fiscal” como se fossem substitutivos. Nesse aspecto, depende-se das próprias normas que benefício fiscal é termo distinto de incentivo fiscal, e com frequência adotado em alusão a um conjunto mais abrangente de modalidades de alívio fiscal<sup>66</sup> (*tax relief*). Considerando que benefícios fiscais abrangeriam um conjunto determinado de normas como subvenções, isenções, reduções de bases de cálculo, crédito outorgado e crédito presumido, e não sendo os JCP correspondentes a nenhuma dessas modalidades, focaremos a seguir apenas os incentivos fiscais propriamente ditos.

No *Dicionário jurídico* de Maria Helena Diniz assim está consignado:

INCENTIVOS FISCAIS: Economia política e direito tributário. Fatores de promoção do desenvolvimento econômico. Consistem em isenções ou vantagens tributárias concedidas por lei pela Administração Pública federal, com escopo de estimular certas atividades culturais, econômicas, sociais, etc. para obtenção do equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as várias regiões do Brasil.<sup>67</sup>

A definição do termo “incentivos fiscais” apresenta, em geral, a referência a um conjunto de normas tributárias com finalidade específica, distinta do fim intrínseco e primordial de uma norma tributária, consistente na obtenção de recursos ou arrecadação. Verifica-se a

---

<sup>66</sup> Como exemplo, na própria Constituição Federal de 1988, artigo 155, § 2.º, XII, diz que cabe à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, *isenções, incentivos e benefícios fiscais* serão concedidos e revogados. No mesmo sentido, o artigo 165, § 6.º, dispõe que o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de *isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia*.

<sup>67</sup> DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1998. 2 v. p. 803.

preponderância de outros interesses maiores do que a obtenção de recursos pelo Estado, o qual se utiliza do mecanismo tributário para atingir objetivos sociais e/ou econômicos.

Portanto, decorre diretamente da atuação do Estado, sobre a qual Eros Roberto Grau<sup>68</sup> faz apontamentos importantes ao presente estudo. A primeira delas trata da distinção entre atuação estatal, correspondente à ação do Estado tanto na própria área (setor público) quanto em área do setor privado, e intervenção estatal, que concerne à atuação estatal em atividade econômica em sentido estrito,<sup>69</sup> implicando sua atuação na área do setor privado (“área de outrem” em suas palavras). Ainda faz ressalva sobre a distinção entre “intervenção no domínio econômico” e “sobre o domínio econômico”. Pela intervenção “no” domínio econômico, o Estado age por absorção ou participação, como sujeito ativo. Pela intervenção “sobre” o domínio econômico, o Estado atua mediante mecanismos que “forçarão” ou “influenciarão” determinados comportamentos que impactam a atividade econômica em sentido estrito. As intervenções sobre o domínio econômico podem ser por duas vias, por direção ou indução. Os mecanismos adotados na intervenção por direção têm natureza cogente, impositiva, ao setor privado (exemplo: congelamento de preços). Por sua vez, os mecanismos empregados na intervenção por indução são prescritivos, porém opcionais.<sup>70</sup>

Em linha com sua teoria, os incentivos fiscais, assim como as isenções, imunidades, subvenções, benefícios, pertencem ao conjunto da intervenção sobre o domínio econômico por indução.

Acerca da utilização da norma tributária como intervenção sobre o domínio econômico, Aliomar Baleeiro assevera:

[...] quando os impostos são empregados como instrumentos de intervenção ou regulação pública, a função fiscal propriamente dita, ou “puramente fiscal”, é sobrepujada pelas funções “extrafiscais”. A sua técnica é, então, adaptada ao desenvolvimento de determinada política, ou diretriz.<sup>71</sup>

---

<sup>68</sup> GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988* (interpretação e crítica). 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 92.

<sup>69</sup> A atividade econômica em sentido estrito seria área de titularidade (domínio) do setor privado (GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988* (interpretação e crítica) cit., p. 146).

<sup>70</sup> GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988* (interpretação e crítica) cit., p. 148

<sup>71</sup> BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução à ciência das finanças* cit., p. 190.

Referido excerto já nos traz conceito inerente ao estudo dos incentivos fiscais, que é o da extrafiscalidade, a qual, definida por Ataliba, “é o emprego dos instrumentos tributários – evidentemente, por quem os tem à disposição – como objetivos não fiscais, mas ordinatórios”.<sup>72</sup> Elucida esse autor tratar-se do emprego deliberado dos instrumentos tributários para fins regulatórios de comportamentos sociais, em matérias econômica, social e política.<sup>73</sup>

Entendimento já pacificado na doutrina, o qual podemos chamar de duas faces da mesma moeda, reconhece a existência das duas finalidades em toda a norma tributária, ora destacando-se uma em relação à outra, mas vivendo ambas fiscalidades e extrafiscalidade, harmonicamente, nos dizeres de Paulo de Barros Carvalho.<sup>74</sup> Portanto, conclui esse jurista que o regime não poderia ser outro que não o das próprias exações tributárias:

[...] significa, portanto, que, ao construir suas pretensões extrafiscais, deverá o legislador pautar-se, inteiramente, dentro dos parâmetros constitucionais, observando as limitações de sua competência impositiva e os princípios superiores que regem a matéria, assim entendidos tanto os dispositivos expressos quanto os implícitos. Não tem cabimento aludir-se a regime especial, visto que o instrumento jurídico utilizado é invariavelmente o mesmo, modificando-se tão somente a finalidade do seu emprego.<sup>75</sup>

Sintetizando, as normas tributárias podem ter finalidade primordial diversa da arrecadatória quando visam encorajar/desencorajar, incentivar/desincentivar, motivar/desmotivar, estimular/desestimular, comportamentos, procedimentos, atividades, resultados, sendo, nessa hipótese, classificadas como extrafiscais. Mesmo com essa finalidade preponderante, sujeitam-se, ainda, ao regime constitucional tributário.

Luís Eduardo Schoueri,<sup>76</sup> em sua obra acerca das normas tributárias indutoras e intervenção econômica, sustenta que a extrafiscalidade é gênero, expressão ampla, à qual pertence a espécie indutora (norma tributária indutora), a qual foca seu estudo, estabelecendo que a expressão normas tributária indutoras

[...] tem o firme propósito de não deixar escapar a evidência de, conquanto se tratando de instrumentos a serviço do Estado na intervenção por indução, não perdem tais normas a característica de serem elas, ao mesmo tempo, relativas

<sup>72</sup> ATALIBA, Geraldo. *Sistema constitucional tributário brasileiro*. São Paulo: RT, 1968. p. 150.

<sup>73</sup> Idem, p. 151.

<sup>74</sup> CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito tributário: linguagem e método* cit., p. 241.

<sup>75</sup> Idem, ibidem.

<sup>76</sup> SCHOUERI, Luís Eduardo. *Normas tributárias indutoras e intervenção econômica*. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 32.

a tributos e portanto sujeitas a princípios e regras próprias do campo tributário.<sup>77</sup>

E, ainda, “por meio das normas tributárias indutoras o legislador vincula a um determinado comportamento, um consequente, que poderá consistir em vantagem (estímulo) ou agravamento da natureza tributária”.<sup>78</sup>

Considerando a teoria de Vogel, aquele jurista apresenta a proposta de identificação da norma tributária a partir de sua função, quando já esgotada a busca pelo pensamento do legislador. Ensina que toda norma tributária tem a função de arrecadar e ao mesmo tempo pode ter outras três funções, não simultaneamente: (i) função de distribuição da carga tributária; (ii) função de simplificar o sistema tributário; e (iii) função indutora.<sup>79</sup> Destaca dessa proposta que a distinção está entre a função distributiva da carga tributária e a função regulatória das normas, e não na obtenção de receitas *versus* regulação. Aponta, por fim, o caráter pragmático dessa teoria para identificação da norma indutora em cotejo com a teoria da finalidade (arrecadatória ou não arrecadatória).

De acordo com estudo realizado por Martha Toribio Leão,<sup>80</sup> observam-se duas correntes acerca do critério para identificação das normas extrafiscais: uma sustenta que a *finalidade é o critério de identificação*, pelo qual é necessário verificar a finalidade que prepondera, ou que se destaca, a precípua, e que esta não seja arrecadatória. Essa finalidade consubstancia a intervenção sobre o domínio econômico, social e político de um governo. Ressalta, no entanto, que essa finalidade não estaria na intenção subjetiva do legislador, mas deve ser encontrada na própria vontade objetivada na lei. Essa corrente é aquela com a qual a autora se identifica, assim manifestando: “nos filiamos à corrente que reconhece e identifica as normas tributárias extrafiscais através da existência de uma finalidade precipuaemente extrafiscal, que se sobressai frente à arrecadação e marca os elementos essenciais do tributo”;<sup>81</sup> *a outra corrente sustenta o critério de identificação da norma extrafiscal por seus efeitos* ,

<sup>77</sup> SCHOUERI, Luís Eduardo. *Normas tributárias indutoras e intervenção econômica* cit., p. 34.

<sup>78</sup> Idem, p. 40.

<sup>79</sup> Idem, p. 27.

<sup>80</sup> LEÃO, Martha Toribio. Contributo para o estudo da extrafiscalidade: a importância da finalidade da identificação das normas tributárias extrafiscais. *Revista Direito Tributário Atual*, São Paulo, n. 34, p. 303-325, 2015.

<sup>81</sup> Idem, p. 309.

subdividindo-se, ainda, em duas vertentes: (i) identificação pelos efeitos potenciais; ou (ii) identificação pelos efeitos concretos.

Importante mencionar a opinião contrária à identificação tradicional da extrafiscalidade, e bem fundamentada, de Paulo Victor Vieira da Rocha,<sup>82</sup> para quem não se pode admitir que a função primordial das normas tributárias seja arrecadação, numa simples transferência de recursos do domínio econômico para o privado, sob pena de afronta a diversos princípios constitucionais, como o próprio confisco. A função fiscal das normas tributárias, diz, é “*repartir encargos* conforme a capacidade contributiva”. O referido autor, então, sustenta a *identificação dos efeitos* das normas tributárias, estes, sim, passíveis de distinção entre fiscais ou extrafiscais, conforme proposto na obra de Luís Eduardo Schoueri.<sup>83</sup> E assevera: “Isso porque a identificação de efeitos das normas tributárias muitas vezes evidenciará a necessidade de seu controle, mas também é essa identificação que, muitas vezes, permitirá a justificação de determinados critérios de comparação entre os contribuintes”.<sup>84</sup> Seria, então, o efeito que justifica um critério de comparação/graduação e, ainda, como controle pelos órgãos competentes; são os efeitos normativos que justificarão cada critério adotado para diferenciar contribuintes.<sup>85</sup>

De todo o exposto, os incentivos fiscais são subespécie da espécie norma tributária indutora que pertence ao gênero norma tributária extrafiscal. A identificação dessas normas encontra duas teorias proeminentes, uma baseada na finalidade, outra, nos efeitos.

A norma tributária indutora possui um modal positivo ou negativo capaz de induzir um resultado. Daí que, ao induzir algo, em linguagem comum, logo se interessa saber o que foi obtido. Com essas normas não seria diferente; a norma indutora deveria implicar um resultado; e tal resultado também deve ficar sujeito a avaliação e controle, pois estamos sob o regime do sistema constitucional e tributário. Nesse ponto, além da relação com a teoria da identificação baseada no efeito, tem-se a repercussão na atividade financeira do Estado.

---

<sup>82</sup> ROCHA, Paulo Victor Vieira da. Fiscalidade e extrafiscalidade: uma análise crítica da classificação funcional das normas tributárias. *Revista de Direito Tributário Atual*, São Paulo, n. 32, p. 256-275, 2014.

<sup>83</sup> SCHOUERI, Luís Eduardo. *Normas tributárias indutoras e intervenção econômica* cit., p. 29-30.

<sup>84</sup> ROCHA, Paulo Victor Vieira da. Fiscalidade e extrafiscalidade: uma análise crítica da classificação funcional das normas tributárias cit., p. 262.

<sup>85</sup> Idem, *ibidem*.



## 6.1 Renúncia fiscal – efeito dos incentivos fiscais

Considerando, portanto, que a arrecadação de tributos é a principal fonte de receitas no orçamento público, a preponderância de finalidade diversa, consequentemente, produz impacto na arrecadação pretendida ou potencial, motivo pelo qual tal esse efeito deve ser considerado no orçamento público. Essa necessidade foi identificada por economistas norte-americanos, Stanley Surrey, na década de 1970,<sup>86</sup> que estudavam o orçamento público e a economia naquele país e propuseram que os incentivos fiscais classificados nas receitas fossem reputados como “gasto tributário” (“tax expenditure”), ou seja, considerar que tais incentivos produziram os mesmos efeitos que as subvenções e subsídios demonstrados nas despesas públicas.

Nesse sentido, nossa Constituição, já influenciada por aquela teoria, determinou em seu artigo 165, § 6.º, que o projeto de lei orçamentária seja acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. Verifica-se, portanto, que é mandatória a previsão no orçamento público da arrecadação/receita prevista e da aplicação dessa receita/despesa prevista, incluindo nessa estimativa os mecanismos que importem redução de receita ou despesa adicional, assim entendidos *os incentivos fiscais*, isenções, remissões, subvenções etc.

Esses mecanismos de redução de receita ou despesa adicional, mencionados na Constituição, são denominados “renúncia fiscal”. Seja na dimensão receita (por meio de isenções, deduções, reduções de bases) ou na dimensão despesa (mediante subvenções, restituições etc.), o efeito é o mesmo, a renúncia fiscal por força de um objetivo considerado de maior relevo ou prioridade com relação à necessidade de recurso, seja o desenvolvimento econômico, ou social.

Os mecanismos considerados geradores de renúncia fiscal também foram mencionados expressamente na Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, cujo artigo 14 define que:

---

<sup>86</sup> McBRIDE, William. A brief history of tax expenditures. *Tax Foundation*, Fiscal Fact, n. 391, ago. 2013. Disponível em: <https://taxfoundation.org/brief-history-tax-expenditures/>. Acesso em: 1.º set. 2020.

A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Referidos mecanismos também ficam submetidos ao controle e à fiscalização a que o próprio orçamento público está sujeito, por disposição da Constituição Federal, cujo artigo 70 ainda menciona expressamente a renúncia de receitas.<sup>87</sup>

Nesse contexto, Ricardo Lobo Torres afirma que todos os mecanismos devem ser fiscalizados, elucidando-os assim:

a) *as restituições* – incentivo que, sem transitarem pelo orçamento, operam pelo mecanismo da *anulação de receita*, como acontece com diversos estímulos à exportação na área do IPI e como foi largamente empregado no Imposto de Renda (Fundo 157); b) *as isenções*, definidas como exclusão do crédito tributário (art. 175 do CTN) ou como instrumento de suspensão da eficácia da lei impositiva; c) *os créditos fiscais dos impostos diretos*, que são as importâncias dedutíveis do imposto apurado pela aplicação da alíquota sobre a base de cálculo definida em lei, operando, portanto, depois de determinado o *quantum debeatur*; d) *os créditos-incentivo dos impostos não cumulativos*, que são os que, concedidos por lei em virtude de razões de política tributária, alteram as características estruturais do tributo sobre o valor acrescido, seja permitindo a fruição de crédito correspondente a imposto não pago na operação anterior ou a mercadoria não empregada no processo de comercialização ou industrialização, seja eliminando a condição resolutória da ulterior saída tributada que pende sobre a utilização do crédito correspondente à operação anterior; e) *as deduções*, que consistem na diminuição da alíquota ou da base de cálculo e que têm a natureza de uma isenção parcial, pela dispensa do pagamento de uma parcela; f) *as subvenções*, os subsídios e quaisquer outros favores mascarados ou camuflados, que impliquem em redução de receita e que não se escreitem como *itens da despesa pública*, posto que a expressão “renúncia de receita” é suficientemente ampla para abranger o benefício que, na vertente dos ingressos orçamentários, produza os mesmos efeitos econômicos das subvenções, dos subsídios e das restituições a títulos de incentivo, por que, indubitavelmente, constitui despesa virtual ou gasto tributário (*tax expenditure*), isto é, desvio da estrutura tributária normal.<sup>88</sup>

<sup>87</sup> Constituição Federal, art. 70. “A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.”

<sup>88</sup> TORRES, Ricardo Lobo. *Tratado de direito constitucional financeiro e tributário: o orçamento na Constituição*. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. v. V, p. 464-465.

Portanto, toda norma extrafiscal deverá ser submetida a fiscalização e controle, constando nas previsões orçamentárias os efeitos decorrentes da renúncia fiscal correspondente.

## **6.2 Regime tributário das normas extrafiscais – implicações**

As principais implicações decorrentes do regime tributário ao qual devem sujeição as normas extrafiscais consistem na observância dos princípios e limites aplicáveis. Como anteriormente consignado, as normas extrafiscais possuem a finalidade não arrecadatória com predominância, sendo sua maior motivação algum estímulo ou desestímulo em virtude da intervenção estatal sobre o domínio econômico. Pois bem, também fora dito que, apesar dessa finalidade prevalente, as normas que revelam tal função são, por natureza intrínseca, normas tributárias.<sup>89</sup> Por conseguinte, concluiu-se que as normas extrafiscais se encontram sujeitas aos princípios e limites do regime tributário, mas, também, daqueles relativos à ordem econômica, em ambos os casos, definidos pela Constituição Federal.

Mencionaremos os princípios desses dois regimes, sem, contudo, aprofundar ou estender a análise, em virtude da limitação do objeto da presente pesquisa.

Portanto, no que tange à ordem econômica, a Constituição Federal expressa os princípios a serem considerados em sua realização, no artigo 170, assim disposto:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I – soberania nacional;

II – propriedade privada;

III – função social da propriedade;

IV – livre concorrência;

V – defesa do consumidor;

VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

VII – redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII – busca do pleno emprego;

IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

---

<sup>89</sup> Há entendimento contrário, sustentando que a norma extrafiscal não seria norma tributária. No entanto, entendemos como a corrente majoritária, por sua natureza de norma tributária. Vide TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de direito financeiro e tributário*. 20. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2018. p. 183.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

E, no tocante ao regime tributário, seus princípios estão dispostos no artigo 150 da Carta Magna como limitações ao poder de tributar, a saber:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

IV – utilizar tributo com efeito de confisco;

V – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI – instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

Como disposto no *caput* do artigo 150, as limitações nele previstas não prejudicam outras garantias asseguradas ao contribuinte, indicando, portanto, o caráter não exaustivo do rol apresentado. Os artigos 151 e 152 também dispõem sobre limitações ao poder de tributar, principalmente envolvendo os entes federados.

Na pesquisa ora em desenvolvimento, limitar-nos-emos às informações anteriores para seguirmos na análise.

### 6.3 Classificação dos JCP como incentivo fiscal

Os JCP, como inicialmente apresentados, têm como motivação expressa na exposição de motivos “equiparar a tributação dos diversos tipos de rendimentos do capital”,<sup>90</sup> bem como uma expectativa: “provocar um incremento das aplicações produtivas nas empresas brasileiras capacitando-as a elevar nível de investimentos, sem endividamento, com evidentes vantagens no que se refere à geração de empregos e ao crescimento sustentado da economia”.

A equiparação do tratamento tributário aos diversos tipos de rendimentos do capital pode ser considerada uma questão de justiça fiscal, de correção de distorção do sistema que, ao permitir a dedução da remuneração do capital de terceiros em prejuízo do capital próprio, privilegia um em detrimento do outro.

Nesse aspecto, pode ser considerada uma norma tributária indutora?

A partir da teoria da finalidade, a qual considera a preponderância da finalidade da norma entre arrecadação e não arrecadação (econômico, social etc.), deve-se ter em conta que, a despeito da dedução da remuneração do capital próprio (assim como ocorre com a remuneração de terceiros), os valores pagos serão tributados pelo imposto de renda na fonte.

Sob a ótica da teoria dos efeitos, vimos que o objetivo seria o da equiparação de tratamento tributário entre os diversos tipos de rendimento do capital, objetivo de cunho sistemático e de neutralidade. Nesse aspecto, não parece revelar qualquer função indutora.

Como consequência dessa equiparação, é esperado que as empresas elevem o nível de investimento *vis-à-vis* reduzam o endividamento. Da forma como apresentado, a expectativa é uma consequência natural da correção da distorção anterior à existência daquela norma. Não se verifica um objetivo específico econômico, uma meta a ser atingida, controlada e averiguada, mas tão somente um provável efeito. Nesse contexto, não vislumbramos qualquer evidência da natureza de norma tributária indutora, portanto não se trataria de incentivo fiscal.

---

<sup>90</sup> Vide transcrição da Exposição de Motivos na nota 1 deste estudo.

## 7 MECANISMOS ESTRANGEIROS SEMELHANTES

O incentivo ao financiamento das empresas por capital próprio em detrimento do financiamento por dívidas alcança igualmente a atração de capital estrangeiro. Além da análise do País em sua saúde política e segurança financeira, os investidores avaliam o custo do capital a ser aplicado, o qual contempla a tributação ao qual estará sujeito na fruição de resultados ou realização do capital.

Portanto, certamente os JCP influenciam a análise, e poderíamos dizer de forma positiva não fossem as discussões teóricas que o mecanismo já despertou na comunidade internacional decorrentes da celeuma acerca de sua natureza jurídica.

Apesar da discussão e das muitas vezes repetidas afirmações sobre sua característica *sui generis*, há mecanismos semelhantes adotados em outros países, os quais entendemos contribuir para a análise proposta no presente estudo. Tais mecanismos, mencionados a seguir, são adotados também como meio de estímulo ao investimento, seja por novo capital ou via retenção de lucros, e são valorizados por reduzir a tributação corporativa da renda, com notório impacto na taxa efetiva.

### 7.1 Mecanismos semelhantes em outros países

Conforme literatura disponível, é possível que a Bélgica tenha sido o primeiro país a instituir mecanismo semelhante. Já houve, inclusive, especulação sobre tal criação ter sido inspirada no Brasil logo depois que uma empresa brasileira se instalou na Bélgica, oriunda de uma fusão que criou a maior cervejaria do mundo, mas nenhuma evidência foi identificada.

No âmbito internacional, considerando as semelhanças de procedimento e de objetivo, podemos dizer que os JCP fazem parte do grupo de mecanismos destinados a corrigir distorções entre os níveis de endividamento e de capitalização. É sabido que a baixa capitalização das empresas com alto endividamento é fator de risco para as instituições financeiras e também para avaliação de risco das empresas a título de investimento.

Nesse contexto, em artigo publicado internacionalmente,<sup>91</sup> consta que a ideia de *Allowance for Corporate Equity* (ACE) teria sido publicada na década de 1980, com intuito inicial de extinguir a dedução dos juros de empréstimos, substituindo por uma dedução de uma taxa aplicada sobre o valor total do capital das empresas. Atualmente, a ACE, em geral, consiste na dedução de juros do lucro tributável do período, baseado na aplicação de uma taxa nocional sobre o patrimônio líquido. A taxa nocional seria uma taxa sem risco, baseada nos títulos do governo. Portanto, a ACE promoveria a neutralidade fiscal entre o financiamento por dívida e por capital.

Críticas também surgiram, principalmente, considerando diferenças entre uma economia fechada, na qual não haveria distorções entre investimento, em comparação a uma economia globalizada, com variadas políticas de tributação. Assim, com o aprofundamento dos estudos, foi sugerida uma distinção entre espécies de ACE, uma espécie referida por *hard* ACE e outra *soft* ACE, especialmente fundamentada na base adotada para aplicação da taxa nocional, ou seja, na adoção do valor total do patrimônio líquido se tem um *hard* ACE, enquanto, na adoção como base apenas do incremento do patrimônio, ter-se-ia um *soft* ACE.

Ainda, segundo o artigo, seriam exemplos de *hard* ACE os instituídos por Bélgica, Croácia (extinto) e Liechtenstein; Brasil teria um *soft* ACE, assim como Áustria (extinto), Itália etc. O artigo é de 2017, portanto representa os mecanismos vigentes à época.

O mecanismo instituído na Bélgica, denominado *Notional Interest Deduction* (doravante referido por NID), foi inaugurado em 2006. Tal mecanismo consistiu na dedução da base tributável da renda corporativa de um “juro fictício” calculada sobre o patrimônio líquido da empresa. Segundo divulgado, o objetivo desse mecanismo foi reduzir a diferença de tratamento entre o financiamento por dívida e o financiamento por capital e como incentivo para multinacionais manterem na Bélgica suas atividades de financiamento intragrupo, *factoring* e centrais de compra, visto que outro incentivo com essa finalidade estava sendo extinto à mesma época.<sup>92</sup> Esse mecanismo foi também considerado juro fictício pois ele poderia não ser efetivamente pago aos investidores, ainda que utilizado como dedução da base de tributação da renda corporativa. Como

---

<sup>91</sup> Conforme mencionado no seguinte artigo: PETUTSCHNIG, Matthias; RÜNGER, Silke. The effects of a tax allowance for growth and investment. Empirical evidence from a firm – level analysis. *WU International Taxation Research Paper Series*, n. 9, p. 4, 2017. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3024190](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3024190). Acesso em: 3 maio 2020.

<sup>92</sup> Belgium Federal Public Service. Finance. Disponível em: <https://finance.belgium.be/en/enterprises/corporation-tax/tax-benefits/notional-interest-deduction#q5>. Acesso em: 29 abr. 2020.

na Bélgica há tributação na distribuição de dividendos, ou seja, o sistema não é integrado, uma vez que tributa o rendimento na pessoa jurídica, como também na pessoa física, a dedução do juro fictício tem efeito na redução da taxa efetiva sobre o valor distribuído.

O mecanismo já foi questionado pela Comissão Europeia<sup>93</sup> por representar incentivo local em desacordo com o tratado da comunidade para evitar a concorrência prejudicial. Em virtude dos questionamentos, o mecanismo passou por alterações para evitar benefícios indesejados e se adequar ao contexto das regras para impedir abusos e concorrência.

Uma das alterações relacionadas aos questionamentos, por exemplo, consistiu em adotar como base para aplicação da taxa apenas o incremento de capital, obtido pela comparação entre a média do último ano e a média entre o ano anterior mais os quatro prévios. Assim, podemos considerar que atualmente a ACE da Bélgica seria classificada como *soft*.

Segundo relatório<sup>94</sup> da OCDE, publicado em 2019, com dados de 2017 para taxa efetiva do imposto corporativo, dentre as 74 jurisdições consideradas na análise, apenas cinco possuíam ACE, sendo o Brasil, Bélgica, Itália, Liechtenstein e Turquia. Tal relatório também menciona que a adoção dessa política impactou a redução da taxa média efetiva do imposto em 1,3 – 4,4 pontos percentuais.

Em pesquisa realizada por ocasião desta dissertação, em um sítio de empresa especializada em auditoria e consultoria mundial, que apresenta as diretrizes tributárias para empresas e indivíduos em 150 territórios,<sup>95</sup> atualizada entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, foi possível identificar os seguintes países com mecanismos semelhantes, às vezes referidos por ACE, outras por NID ou, ainda, por *Interest on Net Equity* (INE):

- a) Bélgica<sup>96</sup>
- b) Brasil<sup>97</sup>

---

<sup>93</sup> COMISSÃO EUROPEIA. *Wikipedia, a enciclopédia livre*. Florida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Comiss%C3%A3o\\_Europeia&oldid=56948950](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Comiss%C3%A3o_Europeia&oldid=56948950). Acesso em: 12 dez. 2019.

<sup>94</sup> OCDE. *Corporate Tax Statistics*. First Edition. 2019. Disponível em: <https://oe.cd/corporate-tax-stats>. Acesso em: 29 abr. 2020.

<sup>95</sup> PwC. *Worldwide Tax Summaries*. Disponível em: <https://www.pwc.com/gx/en/services/tax/worldwide-tax-summaries.html>. Acesso em: 30 abr. 2020.

<sup>96</sup> PwC. *Worldwide Tax Summaries*. Disponível em: <https://taxsummaries.pwc.com/belgium/corporate/tax-credits-and-incentives>. Acesso em: 29 abr. 2020.

<sup>97</sup> PwC. *Worldwide Tax Summaries*. Disponível em: <https://taxsummaries.pwc.com/brazil/corporate/deductions>. Acesso em: 29 abr. 2020.



- c) Chipre<sup>98</sup>
- d) Itália<sup>99</sup>
- e) Liechtenstein<sup>100</sup>
- f) Malta<sup>101</sup>
- g) Suíça<sup>102</sup> (com vigência a partir de janeiro de 2020)
- h) Turquia<sup>103</sup>

A despeito de diferenças nos mecanismos adotados, pôde-se constatar que se trata de juros calculados com base no patrimônio, com redução do imposto sobre a renda corporativa, variando entre o pagamento efetivo ao investidor ou somente como redução da renda tributável.

Em razão de políticas fiscais, alguns já implementaram modificações que atendem aos objetivos de evitar abusos, tais como considerar apenas incremento de capital como base para cálculo, bem como obstar o acúmulo de valores utilizados como estoque de créditos para períodos subsequentes. Tais efeitos dependem do conhecimento mais profundo da tributação de cada território para uma adequada avaliação, uma vez serem impactantes, por exemplo, se há tributação integrada na pessoa jurídica e na pessoa física, bem como a existência de incentivos concorrentes.

Depois de estudos da Comissão Europeia, no contexto de alterações na política fiscal da União Europeia, mediante a adoção de um sistema denominado *Common Consolidated Corporate Tax Base* (CCCTB), foi proposta a utilização de um *Allowance for Growth and Investment* (AGI), tendo como base para aplicação da taxa nocional apenas o incremento anual do patrimônio líquido.

---

<sup>98</sup> PwC. Worldwide Tax Summaries. Disponível em: <https://taxsummaries.pwc.com/cyprus/corporate/tax-credits-and-incentives> Acesso em: 29 abr. 2020.

<sup>99</sup> PwC. Worldwide Tax Summaries. Disponível em: <https://taxsummaries.pwc.com/italy/corporate/deductions>. Acesso em: 29 abr. 2020.

<sup>100</sup> PwC. Worldwide Tax Summaries. Disponível em: <https://taxsummaries.pwc.com/liechtenstein/corporate/deductions>. Acesso em: 29 abr. 2020.

<sup>101</sup> PwC. Worldwide Tax Summaries. Disponível em: <https://taxsummaries.pwc.com/malta/corporate/deductions>. Acesso em: 29 abr. 2020.

<sup>102</sup> PwC. Worldwide Tax Summaries. Disponível em: <https://taxsummaries.pwc.com/switzerland/corporate/deductions>. Acesso em: 29 abr. 2020.

<sup>103</sup> PwC. Worldwide Tax Summaries. Disponível em: <https://taxsummaries.pwc.com/turkey/corporate/deductions>. Acesso em: 29 abr. 2020.

No processo legislativo de análise da proposta, no entanto, recomendaram-se a supressão dessa proposta da AGI por entenderem haver possibilidade de abuso fiscal do referido processo. Propuseram, todavia, uma limitação à dedução das despesas de juros de empréstimos como mecanismo de correção do viés de preferência por financiamento por dívida em detrimento do capital.<sup>104</sup>

Verifica-se, portanto, que os JCP não são exclusividade do Brasil, existindo referências internacionais para serem comparadas, considerando o comum objetivo em equalizar tratamento fiscal entre financiamento por dívida e financiamento por capital, de forma a não estimular enviezadamente o endividamento.

Embora a questão da subcapitalização no Brasil já disponha de mecanismo próprio de controle, com as regras introduzidas pela Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010, as quais limitam as despesas de juros pagos a empresas vinculadas quando o passivo supera determinado limite do capital, ela não seria suficiente para estimular o investimento ou reinvestimento nas empresas, tampouco para equalizar o tratamento tributário quando há necessidade de capital pelas empresas, entre empréstimos e financiamento por capital próprio.

---

<sup>104</sup> PwC. Worldwide Tax Summaries. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html>. Acesso em: 29 abr. 2020.

## 8 ANÁLISE DE DADOS DE MERCADO

De um total de 6.651<sup>105</sup> empresas, cujos dados foram obtidos da base de dados do ValorPro:<sup>106</sup> 5.560 têm dados completos para 2017, das quais 3.829 apresentaram lucros acumulados no ano; 5.678 têm dados completos para 2018, das quais 3.990 apresentaram lucros acumulados no ano; e 2.727 têm dados completos para 2019, das quais 2.117 apresentaram lucros acumulados no ano.

Entre as empresas que apresentaram lucro contábil no exercício, identificamos quantas pagaram juros sobre capital próprio, quantas pagaram dividendos e quantas pagaram ambas as remunerações ou nenhuma delas, a saber:

Tabela 1 – Pagamentos dividendos/JCP – Empresas com e sem lucro

Ano Pagtos. realizados	2017		2018		2019	
	Com lucro	Sem lucro	Com lucro	Sem lucro	Com lucro	Sem lucro
Só dividendos	1.743	185	1.927	143	1.093	63
Só JCP	249	9	250	16	175	6
Divid. e JCP	348	5	373	5	306	2
Nenhum pagto.	1.489	1.532	1.440	1.524	543	539
<b>Total no ano</b>	<b>3.829</b>	<b>1.731</b>	<b>3.990</b>	<b>1.688</b>	<b>2.117</b>	<b>610</b>

Fonte: Elaboração própria

Percebe-se uma flutuação na participação dos juros como remuneração aos acionistas entre os períodos.

### 8.1 Análise comparativa entre os anos-calendários

Das 6.651 empresas, apenas 2.624 apresentaram dados completos para os anos de 2017, 2018 e 2019, a fim de possibilitar uma análise comparativa, as quais foram segregadas em grandes setores, conforme seguem:

<sup>105</sup> Fonte de dados: ValorPro. Extração em julho de 2020.

<sup>106</sup> ValorPro: serviço de informações em tempo real da Editora Globo composto por cotações, ferramentas e notícias, mediante assinatura.

Tabela 2 – Quantidade de empresas/setor  
com dados completos

Setor	N.º empresas
Agropecuária	42
Comércio	194
Energia	358
Financeiro	398
Indústria	619
Serviços	1.013
<b>TOTAL</b>	<b>2.624</b>

Fonte: Elaboração própria

Dessas empresas, nos anos de 2017 a 2019, pagaram juros sobre capital próprio as seguintes quantidades de empresas, por setor:

Tabela 3 – Número de empresas por setor e ano que realizaram  
pagamento de JCP

Setor	2017	2018	2019
<b>Agropecuária</b>	3	5	4
<b>Comércio</b>	32	29	30
<b>Energia</b>	51	57	63
<b>Financeiro</b>	127	140	128
<b>Indústria</b>	121	116	131
<b>Serviços</b>	116	122	129
<b>Total</b>	<b>450</b>	<b>469</b>	<b>485</b>

Fonte: Elaboração própria

Portanto, percebe-se aumento de mais de 7,8% na quantidade de empresas pagando juros sobre capital próprio de 2017 para 2019. Em matéria de montantes, os valores pagos (em R\$ mil) a título de JCP nos mesmos anos foram:

Tabela 4 – Valores em R\$ pagos a título de JCP/setor/ano

Setor	2017	2018	2019
<b>Agropecuária</b>	49.216	61.389	54.390
<b>Comércio</b>	1.182.583	1.350.775	1.441.048
<b>Energia</b>	5.109.359	7.593.221	8.961.980
<b>Financeiro</b>	45.496.439	16.763.788	62.511.118
<b>Indústria</b>	13.438.247	16.803.103	20.114.512
<b>Serviços</b>	14.190.245	20.487.648	80.683.337
<b>Total</b>	<b>79.466.089</b>	<b>63.059.924</b>	<b>173.766.385</b>

Fonte: Elaboração própria

No tocante a valores financeiros, observa-se uma queda de pouco mais de 20% nos valores pagos a título de juros sobre capital próprio entre 2017 e 2018. Todavia, verifica-se que tal valor supera o dobro, de 2017 para 2019, representando aumento de 118,7%.

## 8.2 Análise comparativa considerando JCP e dividendos

Considerando, ainda, tanto o pagamento de JCP quanto o de dividendos, constata-se a seguinte quantidade de empresas por setor/ano:

Tabela 5 – Número de empresas e pagamentos de dividendos e JCP por ano

Tipos de pagt.  Setor	2017			2018			2019		
	Só div.	Só JCP	Ambos	Só div.	Só JCP	Ambos	Só div.	Só JCP	Ambos
Agropecuária	16	0	3	16	2	3	19	1	3
Comércio	58	12	20	75	14	14	87	8	21
Energia	199	7	41	205	8	48	206	7	56
Financeiro	118	68	59	100	71	68	148	64	64
Indústria	196	49	72	205	47	69	209	56	72
Serviços	377	45	68	422	42	78	451	40	88
<b>TOTAL</b>	<b>964</b>	<b>181</b>	<b>263</b>	<b>1.023</b>	<b>184</b>	<b>280</b>	<b>1.120</b>	<b>176</b>	<b>304</b>

Fonte: Elaboração própria

Observa-se um aumento na quantidade de empresas que pagaram apenas dividendos, ainda que alguns setores tenham apresentado pequenas quedas, na passagem de 2017 para 2019.

Em breve análise acerca da existência do pagamento de JCP e a ocorrência de prejuízo contábil, das 444 empresas que pagaram JCP em 2017, apenas 8 tiveram prejuízo no ano, sendo possível supor que 436 apresentaram o comportamento esperado de pagar os juros como meio de reduzir o lucro tributável.

Essa mesma análise em 2018 apontou que, das 464 empresas que pagaram JCP, apenas 11 tiveram prejuízo no ano. Por fim, em 2019, das 480 empresas que pagaram JCP, apenas 8 tiveram prejuízo no ano.

### 8.3 Análise de potencial de pagamento de JCP

Por outro prisma, considerando um potencial não utilizado para pagamento de JCP, ou seja, empresas com lucro mas que não pagaram JCP, temos as seguintes estatísticas por ano e por setor:

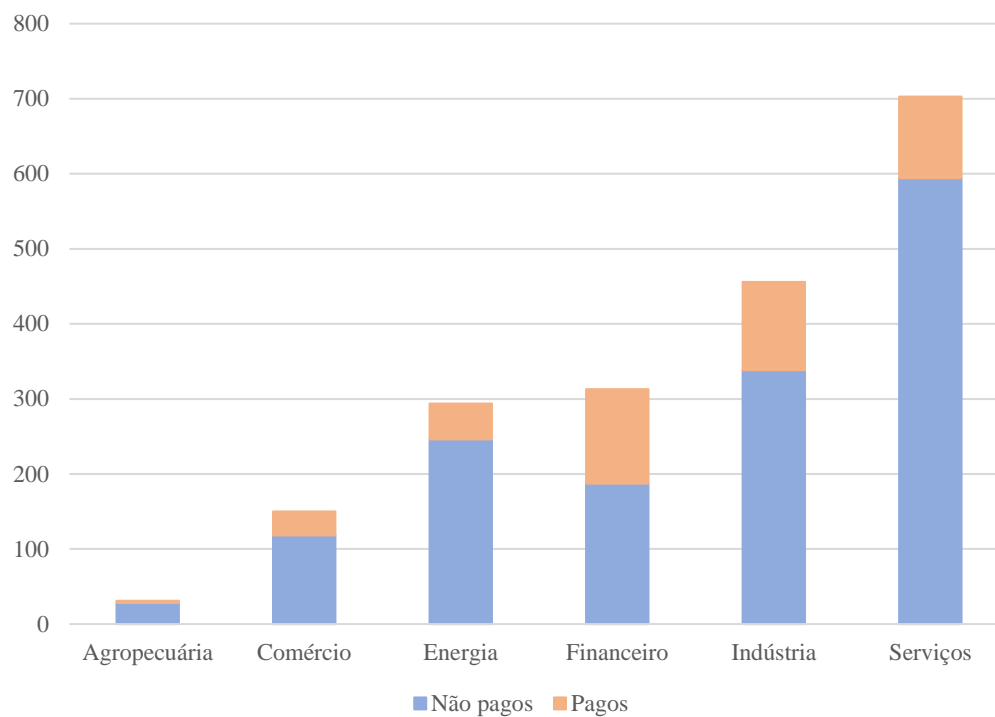
Tabela 6 – Número de empresas com lucro e pagamentos, ou não de JCP/ano/setor

Setor \ JCP	2017		2018		2019	
	Não pagos	Pagos	Não pagos	Pagos	Não pagos	Pagos
Agropecuária	28	3	23	5	25	3
Comércio	118	32	135	27	132	29
Energia	246	48	246	55	242	63
Financeiro	187	126	184	139	217	127
Indústria	338	118	345	109	349	125
Serviços	594	109	615	118	612	125
<b>Total</b>	<b>1.511</b>	<b>436</b>	<b>1.548</b>	<b>453</b>	<b>1.577</b>	<b>472</b>

Fonte: Elaboração própria

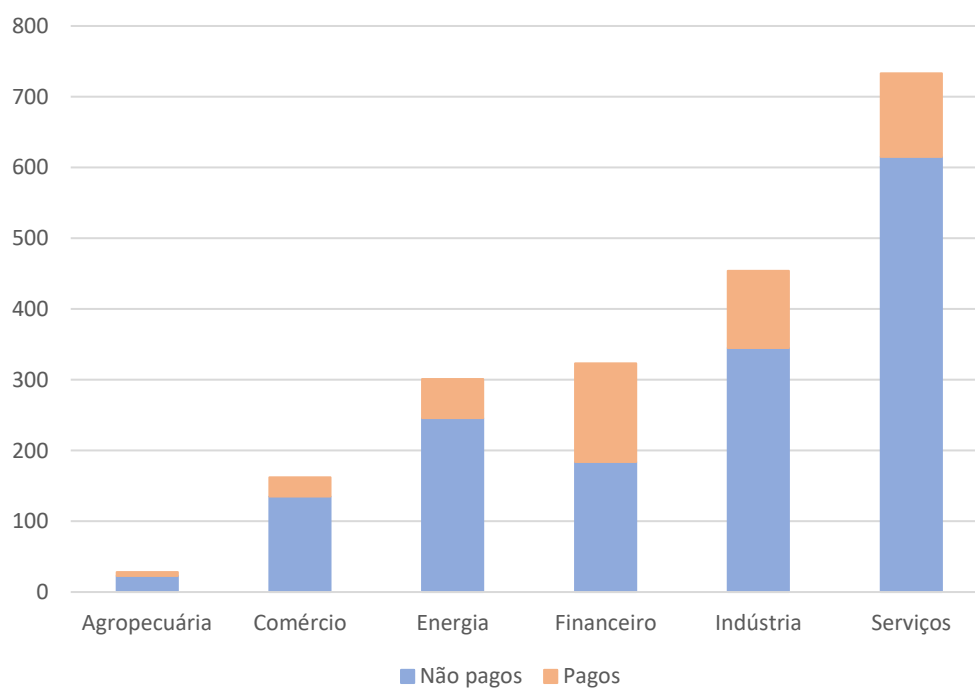
Os dados *supra* podem ser representados, graficamente, por ano, conforme a seguir:

Gráfico 1 – Número de empresas com lucro e pagamento de JCP – 2017



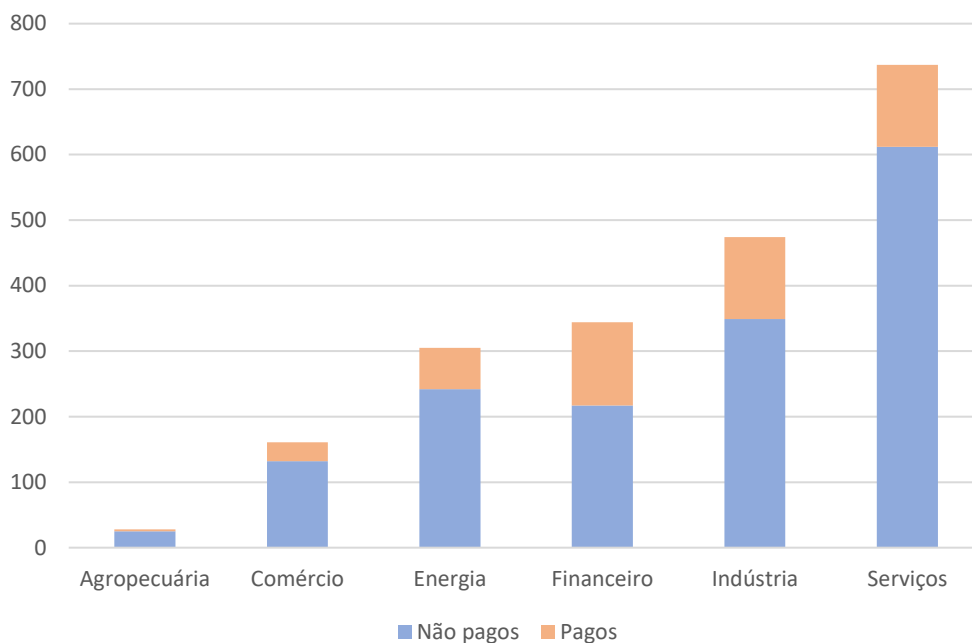
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 2 – Número de empresas com lucro e pagamento de JCP – 2018



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 3 – Número de empresas com lucro e pagamento de JCP – 2019



Fonte: Elaboração própria

#### 8.4 Empresas que pagaram JCP e aumentaram capital

Das empresas obtidas na amostra, que realizaram pagamento de JCP, identifica-se que 814 apresentaram aumento do capital social de 2017 para 2018. Além disso, como já apresentado, 444 pagaram JCP em 2017. Ao relacionar o pagamento de juros ao aumento de capital, obtemos o seguinte destaque, por setor:

Tabela 7 – Número de empresas que pagaram JCP e que aumentaram capital – 2017/2018

Setor	Número de empresas que pagaram JCP em 2017	Número de empresas que aumentaram o capital social em 2018
Agropecuária	3	0
Comércio	32	11
Energia	48	21
Financeiro	127	54
Indústria	121	33
Serviços	113	42
<b>Total</b>	<b>444</b>	<b>161</b>

Fonte: Elaboração própria



Nota-se, percentualmente, que o setor financeiro tem a maior proporção de empresas que aumentaram o capital social entre as que pagaram JCP (aproximadamente 43%). Não é possível afirmar que o aumento de capital ocorreu com a retenção dos JCP, pois tal conclusão demanda análise individualizada das demonstrações financeiras.

Realizando os mesmos cálculos no período seguinte, temos que 735 apresentaram aumento do capital social de 2018 para 2019. Além disso, como já exposto, 464 pagaram JCP em 2018. Ao relacionar o pagamento de juros ao aumento de capital, obtemos o seguinte destaque, por setor:

Tabela 8 – Número de empresas que pagaram JCP e que aumentaram capital – 2018/2019

Setor	Número de empresas que pagaram JCP em 2018	Número de empresas que aumentaram o capital social em 2019
Agropecuária	5	2
Comércio	28	16
Energia	56	18
Financeiro	139	49
Indústria	116	36
Serviços	120	53
<b>Total</b>	<b>464</b>	<b>174</b>

Fonte: Elaboração própria

Percentualmente, porém, nesse período (2018/2019), o setor comercial tem a maior proporção de empresas que aumentaram o capital social entre as que pagaram JCP, aproximadamente 57%.

## 8.5 Considerações finais deste capítulo

As análises realizadas demonstram que ainda há potencial para pagamento de JCP, no entanto variáveis importantes que impactam a decisão por tal pagamento, como vimos, precisam ser consideradas, tais como: (i) a perda de oportunidade das companhias abertas com a obrigação de distribuição de seus resultados, o que reduziu também a base e o limite para pagamento de JCP; (ii) o aumento da consolidação de grupos empresariais, de cujas estruturas os sócios passam a ser pessoas jurídicas, reduzindo, assim, eventual economia no pagamento

de JCP *versus* distribuição de dividendos; e (iii) o cenário atual com controladores pessoas jurídicas na composição do quadro societário, influenciando, dessa maneira, a decisão entre distribuição de dividendos e pagamento de JCP, tema que tem sido analisado à luz da governança corporativa.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os atuais JCP surgiram há 25 anos, com a proposta de equalizar o tratamento fiscal dispensado à remuneração de capital dos sócios ao das despesas financeiras decorrentes da utilização do capital de terceiros e, conseqüentemente, estimular o incremento do capital próprio.

O procedimento, assim, eliminaria a distorção fiscal causada pela não dedução daquela remuneração, consistente no incentivo indireto à preferência por endividamento para o financiamento das atividades empresariais.

Desde sua instituição, a par das discussões de natureza jurídica, os JCP são frequentemente objeto de análise, como incentivo fiscal, no sentido de melhoria e reforma do sistema tributário, sendo muitas vezes considerados desnecessários.

Nesse contexto, e com fundamento nas bases teóricas anteriormente estabelecidas, entendemos possível apontar as seguintes considerações.

Considerando o conceito legal de renda, bem como a sistemática da sua apuração no âmbito corporativo, podemos relacionar como função dos JCP: (i) remunerar o investidor que assume o risco do capital aplicado na exploração de atividades econômicas importantes ao desenvolvimento do País em cotejamento com os investimentos em outras modalidades de aplicação de capital; (ii) eliminar a distorção da diferença de tratamento fiscal entre juros pagos a terceiros e juros pagos a sócios, eliminando conseqüentemente o viés de preferência por endividamento nas sociedades, e, (iii) cumprir o mandamento legal quanto ao adequado conceito de renda para fins tributários.

Quanto ao adequado conceito de renda para fins tributários, implica na apuração do acréscimo patrimonial, o qual, em termos gerais, corresponde ao saldo positivo verificado entre as entradas e saídas em determinado lapso temporal. Reconhecer a possibilidade de dedução de remuneração do capital do sócio na apuração do lucro tributável cumpre a aplicação integral desse conceito ao aferir o acréscimo patrimonial, tributável como renda, para as pessoas jurídicas considerando tanto as despesas com juros pagos a terceiros quanto os pagos aos sócios. Em outras palavras, uma vez que a empresa efetivamente remunera o capital investido em suas operações com juros, reconhece no sistema que essa despesa é necessária à atividade

operacional e, portanto, compõe o conjunto de saídas que resultam no lucro tributável, assim como ocorrem com os juros destinados ao capital de terceiros. Nessa esteira, eventual vedação à dedução de juros, como despesa efetivamente incorrida, poderia ter sua constitucionalidade questionada em face daquele conceito constitucional de renda. O mesmo tratamento se estende à apuração do resultado ajustado para fins do lucro sobre o qual deve incidir a CSLL.

Os JCP são genericamente tratados como incentivo fiscal, principalmente no âmbito de propostas legislativas e análises de políticas fiscais e regime tributário. Vimos que os incentivos fiscais são espécies de normas tributárias extrafiscais, indutoras de comportamento, sujeitas ao regime tributário, cujas normas demandam o controle da respectiva renúncia fiscal. O que não é aplicável aos JCP.

Ainda que se adotasse a motivação inicial da norma em estimular o incremento de capital próprio para financiamento das atividades empresariais como possível “indução de comportamento”, não se verificou o estabelecimento de relação de tal estímulo com o desenvolvimento socioeconômico que deve pautar uma renúncia fiscal. Ressalte-se, ainda, que os rendimentos pagos são submetidos à tributação no beneficiário, portanto, não se verifica renúncia fiscal. Portanto, baseados nas premissas para classificação de incentivo fiscal, é possível concluir que os JCP não se classificam nessa categoria.

## REFERÊNCIAS

ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. *Economia do setor público no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ATALIBA, Geraldo. *Sistema constitucional tributário brasileiro*. São Paulo: RT, 1968.

BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução à ciência das finanças*. 15. ed. rev. e atualizada por Dejalma de Campos. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

BECKER, Alfredo Augusto. *Teoria geral do direito tributário*. 7. ed. São Paulo: Noeses, 2018.

BELGIUM FEDERAL PUBLIC SERVICE. Finance. Notional Interest Deduction: an innovative Belgian tax incentive. Disponível em: <https://finance.belgium.be/en/enterprises/corporation-tax/tax-benefits/notional-interest-deduction#q5>. Acesso em: 29 abr. 2020.

BIFANO, Elidie Palma. *O mercado financeiro e o imposto sobre a renda*. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. Deliberação CVM 207, de 13 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, 27.12.1996. Dispõe sobre a contabilização dos juros sobre o capital próprio previstos na Lei n.º 9.249/95. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/deliberacoes/deli0200/deli207.html>. Acesso em: 1.º set. 2020.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. Deliberação CVM 683, de 30 de agosto de 2012. Aprova a Interpretação Técnica ICPC 08(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da contabilização da proposta de pagamento de dividendos. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deliberacoes/anexos/0600/deli683.pdf>. Acesso em: 1.º set. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 05.10.1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 1.º set. 2020.

BRASIL. Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940. Dispõe sobre as sociedades por ações. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, RJ, 1.º.10.1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2627.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2627.htm) Acesso em: 1.º set. 2020.

BRASIL. Decreto-lei n.º 1.598, de 26 de dezembro de 1977. Altera a legislação do imposto sobre a renda. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27.12.1977. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del1598.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1598.htm). Acesso em: 1.º set. 2020.

BRASIL. Exposição de Motivos da Lei n.º 9.249/1995. *Diário do Congresso Nacional*, Seção 1, 07.09.1995, p. 21485. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei->

9249-26-dezembro-1995-349062-exposicaodemotivos-149781-pl.html. Acesso em: 1.º set. 2020.

BRASIL. Lei n.º 4.506, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30.11.1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4506.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4506.htm). Acesso em: 1.º set. 2020.

BRASIL. Lei n.º 4.625, de 31 de dezembro de 1964. Orça a Receita Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1923. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, RJ, 02.01.1923, e republicado em 05.01.1923. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1901-1929/L4625.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1901-1929/L4625.htm). Acesso em: 1.º set. 2020.

BRASIL. Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17.12.1976. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm) Acesso em: 1.º set. 2020.

BRASIL. Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 26.12.1995. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9249.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9249.htm). Acesso em: 1.º set. 2020.

BRASIL. Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30.12.1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9430.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9430.htm). Acesso em: 1.º set. 2020.

BRASIL. Lei n.º 10.303, de 31 de outubro de 2001. Altera e acrescenta dispositivos na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1.º.11.2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110303.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110303.htm). Acesso em: 1.º set. 2020.

BRASIL. Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28.12.2007. Edição Extra. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm) Acesso em: 1.º set. 2020.

BRASIL. Lei n.º 11.941, de 27 de maio 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto n.º 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis n.ºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-lei n.º 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis n.ºs

8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei n.º 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis n.ºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis n.ºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos n.ºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28.05.2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm) Acesso em: 1.º set. 2020.

BRASIL. Lei n.º 12.973, de 13 de maio de 2014. Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins; revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; altera o Decreto-lei n.º 1.598, de 26 de dezembro de 1977 e as Leis n.ºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 4.506, de 30 de novembro de 1964, 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 9.656, de 3 de junho de 1998, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.893, de 13 de julho de 2004, 11.312, de 27 de junho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.716, de 21 de setembro de 2012, e 12.844, de 19 de julho de 2013; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14.05.2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/12973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/12973.htm). Acesso em: 1.º set. 2020.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. Solução de Consulta COSIT 329, de 27 de novembro de 2014. *Diário Oficial da União*, 02.12.2014, seção 1, p. 11. Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ. Ementa: Juros remuneratórios do capital próprio. Dedutibilidade. Limite temporal. Regime de Competência. Patrimônio Líquido. Exercícios Anteriores. Impossibilidade.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial 1.086.752/PR. Relator Ministro Francisco Galvão. Brasília, DF, 17 de fevereiro de 2009. *DJe* 11.03.2009.

BULHÕES PEDREIRA, José Luiz. *Finanças e demonstrações financeiras da companhia: conceitos e fundamentos*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito tributário: linguagem e método*. São Paulo: Noeses, 2008.

CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 1.

CARVALHOSA, Modesto; KUYVEN, Fernando. *Sociedades Anônimas*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018. (Coleção Tratado de direito empresarial, v. 3 – Coordenação Modesto Carvalhosa.)

COELHO, Fabio Ulhoa. *Curso de direito comercial*. 5. ed. rev. e atual. de acordo com novo Código Civil e alterações da LSA. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 2.

COMISSÃO EUROPEIA. *Wikipedia, a enciclopédia livre*. Florida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Comiss%C3%A3o\\_Europeia&oldid=56948950](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Comiss%C3%A3o_Europeia&oldid=56948950). Acesso em: 12 dez. 2019.

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1998. 2 v.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

GONÇALVES, José Artur Lima. *Imposto sobre a renda: pressupostos constitucionais*. São Paulo: Malheiros, 2002.

GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988 (interpretação e crítica)*. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

LAMY FILHO, Alfredo; PEDREIRA, José Luiz Bulhões (coord.). *Direito das companhias*. 2. ed. atual. e ref. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

LEÃO, Martha Toribio. Contributo para o estudo da extrafiscalidade: a importância da finalidade da identificação das normas tributárias extrafiscais. *Revista Direito Tributário Atual*, São Paulo, n. 34, p. 303-325, 2015.

LEMGRUBER, Andrea. A tributação do capital: o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e o Imposto sobre Operações Financeiras. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. *Economia do setor público no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 206-230.

MARTINS, Eliseu. Um pouco da história dos Juros sobre o Capital Próprio. *Boletim IOB*, Temática Contábil e Balanços, n. 49, p. 1-7, dez. 2004.

McBRIDE, William. A brief history of tax expenditures. *Tax Foundation*, Fiscal Fact, n. 391, ago. 2013. Disponível em: <https://taxfoundation.org/brief-history-tax-expenditures/>. Acesso em: 1.º set. 2020.

MELO, José Eduardo Soares de. *Contribuições sociais no sistema tributário*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

MURPHY, Celia Maria de Souza. *O imposto sobre a renda à luz da Constituição*. São Paulo: Noeses, 2020.



OCDE. *Corporate Tax Statistics*. First Edition. 2019. Disponível em: <https://oe.cd/corporate-tax-stats>. Acesso em: 29 abr. 2020.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: teoria geral das obrigações*. Atualização Luiz Roldão de Freitas Gomes. 20. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2003. v. II.

PETUTSCHNIG, Matthias; RÜNGER, Silke. The effects of a tax allowance for growth and investment. Empirical evidence from a firm – level analysis (Aug. 22, 2017). *WU International Taxation Research Paper Series*, n. 9, p. 4, 2017. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3024190](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3024190). Acesso em: 3 maio 2020.

PWC. Worldwide Tax Summaries. Disponível em: <https://www.pwc.com/gx/en/services/tax/worldwide-tax-summaries.html>. Acesso em: 30 abr. 2020.

ROCHA, Paulo Victor Vieira da. Fiscalidade e extrafiscalidade: uma análise crítica da classificação funcional das normas tributárias. *Revista de Direito Tributário Atual*, São Paulo, n. 32, p. 256-274, 2014.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Juros sobre capital próprio: natureza jurídica e forma de apuração diante da “nova contabilidade”. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord.). *Controvérsias jurídico-contábeis* (aproximações e distanciamentos). São Paulo: Dialética, 2012. v. 3.

SCHOUERI, Luís Eduardo. *Normas tributárias indutoras e intervenção econômica*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

TORRES, Heleno Taveira. Juros sobre o capital próprio. Autonomia privada nos investimentos societários e suas implicações em matéria tributária. *ABRADT – Revista Internacional de Direito Tributário*, Belo Horizonte, n. 5, p. 33-92, jan./jul. 2006.

TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de direito financeiro e tributário*. 20. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2018.

TORRES, Ricardo Lobo. *Tratado de direito constitucional financeiro e tributário: o orçamento na Constituição*. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. v. V.

XAVIER, Alberto. *Direito tributário internacional do Brasil*. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2015.